Relatório da Administração

A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sul-Sudeste", "ESS" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2021, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 16 de março de 2022.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:

839 mil	293	1,8 milhão	32.405	1.275	82
Clientes Cativos	Clientes Livres	de Habitantes	Km²	Colaboradores (1.014 próprios e 261 terceirizados)	Municípios

Ao longo de 2021, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2021	2020	Acréscimo
Subestações – nº	98	98	0
Capacidade instalada nas subestações – MVA	2.634	2.641	-7
Linhas de transmissão – km	545	545	0
Redes de distribuição – km	33.540	32.369	1.171
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	50.298	49.291	1.007
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	1.885	1.840	45

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

A Energisa Sul-Sudeste foi reconhecida em 2021 com três prêmios relevantes do setor:

- ✓ Prêmio Iasc 2021 – Melhor Distribuidora de energia elétrica da Região Sudeste acima de 400mil consumidores, pelo quarto ano consecutivo.
- ✓ Prêmio Abradee 2021 – Entre as distribuidoras acima de 500mil consumidores, a Melhor Distribuidora na categoria Gestão Operacional e Melhor Empresa da Região Sudeste.
- ✓ Prêmio Aneel de Ouvidoria – Concorrendo na categoria de distribuidoras de médio porte, conquistou o segundo lugar, obtendo o selo prata.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	2021	2020	Variação %
Resultados – R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	3.327,3	2.782,0	+ 19,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	3.215,2	2.604,0	+ 23,5
Receita Operacional Líquida	2.236,5	1.824,7	+ 22,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.124,4	1.646,8	+ 29,0
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	283,6	211,2	+ 34,3
EBITDA	348,8	269,7	+ 29,3
EBITDA Ajustado (1)	378,0	293,0	+ 29,0
Resultado Financeiro	(37,9)	(23,8)	+ 59,3
Lucro Líquido	165,6	124,3	+ 33,2
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	2.947,1	2.363,4	+ 24,7
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	231,0	315,9	- 26,9
Patrimônio Líquido	594,4	601,7	- 1,2
Endividamento Líquido	631,6	540,8	+ 16,8
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	838,9	819,3	+ 2,4
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (2)	3.289,1	3.352,6	- 1,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (GWh) (2)	4.519,3	4.387,6	+ 3,0
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	16,9	16,1	+ 0,8 p.p.

(1) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia | (2) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Mercado de energia

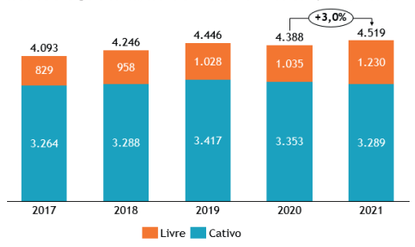
Em 2021, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.519,3 GWh, aumento de 3,0% em relação ao ano anterior.

A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição / Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Residencial	**400,6**	**437,0**	**- 8,3**	**1.566,0**	**1.565,5**	**+ 0,0**
Industrial	**343,6**	**327,1**	**+ 5,0**	**1.327,3**	**1.228,9**	**+ 8,0**
Cativo Industrial	63,2	74,6	- 15,3	263,7	310,1	- 15,0
Livre Industrial	280,4	252,5	+ 11,0	1.063,6	918,8	+ 15,8
Comercial	**215,1**	**218,4**	**- 1,5**	**793,2**	**771,9**	**+ 2,7**
Cativo Comercial	173,2	186,4	- 7,1	650,3	668,6	- 2,7
Livre Comercial	41,9	32,0	+ 30,8	142,8	103,3	+ 38,3
Rural	**87,9**	**97,4**	**- 9,7**	**359,4**	**356,3**	**+ 0,9**
Cativo Rural	87,9	97,4	- 9,7	359,4	356,3	+ 0,9
Livre Rural	-	-	-	-	-	-
Outros	**120,7**	**117,6**	**+ 2,7**	**473,4**	**465,1**	**+ 1,8**
Cativo Outros	114,7	112,6	+ 1,9	449,7	452,2	- 0,5
Livre Outros	6,0	5,0	+ 19,5	23,7	12,9	+ 83,5
1. Vendas de energia no mercado cativo	**839,7**	**907,9**	**- 7,5**	**3.289,1**	**3.352,6**	**- 1,9**
2. Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	328,3	289,6	+ 13,4	1.230,2	1.035,0	+ 18,9
3. Mercado cativo + TUSD (1+2)	**1.168,0**	**1.197,5**	**- 2,5**	**4.519,3**	**4.387,6**	**+ 3,0**
4. Fornecimento não faturado	7,5	10,9	- 31,4	(11,8)	3,2	-
5. Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**1.175,5**	**1.208,5**	**- 2,7**	**4.507,5**	**4.390,7**	**+ 2,7**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 838.858 unidades consumidoras cativas, número 2,4% superior ao registrado no fim de 2020 e com 293 consumidores livres.

3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

A Companhia apresentou uma redução nas perdas em dezembro de 2021 e fechou em 6,05%, queda de 0,16 e 0,42 ponto percentual em relação a setembro de 2021 e dezembro de 2020, respectivamente. O bom resultado é fruto da execução de um plano de medidas adicional, de inspeções e regularizações, iniciado no primeiro trimestre de 2021. A empresa se mantém abaixo do limite regulatório.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

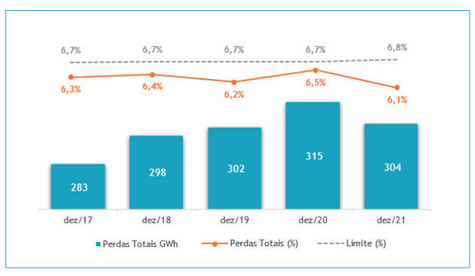
Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	
6,15	6,06	5,97	0,32	0,14	0,07	6,47	6,20	6,05	6,77

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	Var.(%) (1)
299,3	306,5	300,2	15,7	7,1	3,7	315,0	313,7	303,8	- 3,1

(1) Variação dezembro de 2021/setembro de 2021. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/21	dez/20	Variação em p.p.
ESS	(0,01)	0,34	-

3.3.2. Taxa de Arrecadação

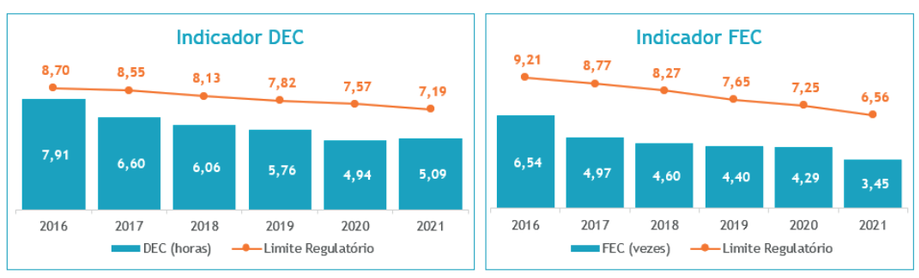
A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/21	dez/20	Variação em p. p.
ESS	98,86	98,97	- 0,11

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Com prioridade aos investimentos em melhoria da qualidade, a Companhia busca manter os indicadores de fornecimento de energia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC), melhores do que limites regulatórios.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional

Em 2021, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R$ 3.215,2 milhões contra R$ 2.604,0 milhões registrados em 2020, incremento de 23,5% (R$ 611,2 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, também apresentou aumento de 29,0% (R$ 477,6 milhões) no exercício, totalizando R$ 2.124,4 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**715,5**	**584,2**	**+ 22,5**	**2.410,6**	**2.054,7**	**+ 17,3**
✓ Residencial	359,5	301,5	+ 19,2	1.218,0	1.030,2	+ 18,2
✓ Industrial	55,1	50,2	+ 9,8	200,6	195,0	+ 2,9
✓ Comercial	157,4	128,1	+ 22,9	513,2	446,2	+ 15,0
✓ Rural	60,8	46,8	+ 29,8	206,3	161,9	+ 27,4
✓ Outras classes	82,7	57,6	+ 43,6	272,7	221,5	+ 23,1
(+) Suprimento de energia elétrica	9,8	17,5	- 44,0	57,9	30,2	+ 91,9
(+) Fornecimento não faturado líquido	17,0	17,7	- 4,2	56,0	24,2	+ 131,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	81,1	74,0	+ 9,5	314,6	267,9	+ 17,4
(+) Receitas de construção	32,6	51,5	- 36,8	112,1	177,9	- 37,0
(+) Constituição e amortização - CVA	38,4	22,1	+ 73,5	196,0	70,5	+ 178,0
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	31,4	33,9	- 7,6	122,4	120,4	+ 1,7
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,7	2,1	+ 73,1	12,5	2,8	+ 345,7
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	(1,3)	1,0	-	3,7	(0,1)	-
(+) Outras receitas	14,7	8,3	+ 77,2	41,5	33,6	+ 23,5
(=) Receita bruta	**942,6**	**812,4**	**+ 16,0**	**3.327,3**	**2.782,0**	**+ 19,6**
(-) Impostos sobre vendas	231,6	208,4	+ 11,1	825,0	720,4	+ 14,5
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(3,1)	(1,9)	+ 61,6	(11,1)	(7,2)	+ 53,7
(-) Encargos setoriais	69,8	61,8	+ 12,9	276,9	244,1	+ 13,4
(=) Receita líquida	**644,4**	**544,1**	**+ 18,4**	**2.236,5**	**1.824,7**	**+ 22,6**
(-) Receitas de construção	32,6	51,5	- 36,8	112,1	177,9	- 37,0
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**611,8**	**492,5**	**+ 24,2**	**2.124,4**	**1.646,8**	**+ 29,0**

Seguem algumas variações em R$ milhões:

i) Aumento de 22,5% (R$ 131,3 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 17,3% ou R$ 356,0 milhões em 2021 sobre 2020);

ii) Aumento de 9,5% (R$ 7,1 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 17,4% ou R$ 46,7 milhões em 2021 sobre 2020);

iii) Crescimento de 73,1% (R$ 1,6 milhão) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 345,7% ou R$ 9,7 milhões em 2021 sobre 2020); e

iv) Redução de 44,0% (R$ 7,7 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 91,9% ou R$ 27,7 milhões em 2021 sobre 2020).

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 1.840,8 milhões em 2021 *e R$* 521,9 milhões no 4T21, aumentos de 28,2% (R$ 405,2 milhões) e 22,1% (R$ 94,4 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2020. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram crescimento de 53,6% (R$ 28,1 milhões), totalizando R$ 80,6 milhões no 4T21. No exercício de 2021, essas despesas totalizaram R$ 235,3 milhões, acréscimo de 20,8% (R$ 40,5 milhões) ante os R$ 194,8 milhões registrados no 2020.

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais / Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**428,1**	**359,2**	**+ 19,2**	**1.546,7**	**1.170,1**	**+ 32,2**
1.1 Energia comprada	358,4	283,7	+ 26,3	1.249,4	901,1	+ 38,7
1.2 Transporte de potência elétrica	69,8	75,6	- 7,7	297,3	269,0	+ 10,5
2 Custos e Despesas controláveis	**76,4**	**51,4**	**+ 48,8**	**230,7**	**205,1**	**+ 12,5**
2.1 PMSO	**80,6**	**52,5**	**+ 53,6**	**235,3**	**194,8**	**+ 20,8**
2.1.1 Pessoal	33,9	33,0	+ 2,8	97,1	89,3	+ 8,8
2.1.2 Benefício pós-emprego	9,6	(12,4)	-	12,4	(9,0)	-
2.1.3 Material	5,4	3,7	+ 46,1	16,9	14,7	+ 15,0
2.1.4 Serviços de terceiros	28,5	24,6	+ 16,2	96,6	88,1	+ 9,7
2.1.5 Outras	3,2	3,6	- 13,2	12,2	11,7	+ 4,3
✓ Multas e compensações	0,1	0,1	- 14,1	0,5	0,2	+ 177,6
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,7	0,7	+ 4,4	3,9	3,0	+ 31,1
✓ Outros	2,4	2,9	- 17,5	7,8	8,5	- 8,7
2.2 Provisões/Reversões	(4,2)	(1,1)	+ 275,9	(4,5)	10,3	-
2.2.1 Contingências	(1,8)	(0,7)	+ 146,6	(4,3)	2,5	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	(2,4)	(0,4)	+ 522,0	(0,3)	7,8	-
3 Demais receitas/despesas	**17,3**	**16,9**	**+ 2,3**	**63,4**	**60,5**	**+ 4,8**
3.1 Amortização e depreciação	16,3	15,4	+ 6,3	65,2	58,5	+ 11,5
3.2 Outras receitas/despesas	1,0	1,6	- 37,2	(1,8)	2,0	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**521,9**	**427,5**	**+ 22,1**	**1.840,8**	**1.435,6**	**+ 28,2**
Custo de construção	32,6	51,5	- 36,8	112,1	177,9	- 37,0
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**554,5**	**479,1**	**+ 15,7**	**1.953,0**	**1.613,6**	**+ 21,0**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa / Valores em R$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T21	4T20	Var. %	Var. R$	2021	2020	Var. %	Var. R$
(=) Lucro líquido do período	**50,3**	**41,0**	**+ 22,6**	**9,3**	**165,6**	**124,3**	**+ 33,2**	**41,3**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(25,5)	(21,5)	+ 18,6	(4,0)	(80,1)	(63,1)	+ 26,9	(17,0)
(-) Resultado financeiro	(14,1)	(2,4)	+ 475,2	(11,6)	(37,9)	(23,8)	+ 59,3	(14,1)
(-) Amortização e depreciação	(16,3)	(15,4)	+ 6,3	(1,0)	(65,2)	(58,5)	+ 11,5	(6,7)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**106,2**	**80,4**	**+ 32,2**	**25,9**	**348,8**	**269,7**	**+ 29,3**	**79,1**
(+) Receita de acréscimos moratórios	7,7	6,5	+ 18,3	1,2	29,2	23,3	+ 25,2	5,9
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**113,9**	**86,9**	**+ 31,2**	**27,1**	**378,0**	**293,0**	**+ 29,0**	**85,0**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	17,7	16,0	+ 1,7 p.p.		16,9	16,1	+ 0,8 p.p.	

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 468,8 milhões em dezembro, frente aos R$ 371,0 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntos saldos positivos de R$ 237,8 milhões em dezembro, contra R$ 178,0 milhões em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 631,6 milhões, contra R$ 643,0 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados passou de 1,8 vezes em setembro para 1,7 vezes em dezembro de 2021.

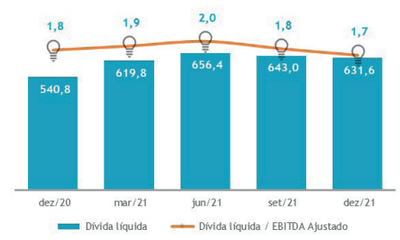
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição / Valores em R$ milhões	31/12/2021	30/09/2021	30/06/2021
Circulante	**351,0**	**268,6**	**330,6**
Empréstimos e financiamentos	279,8	206,7	281,2
Debêntures	107,1	94,9	92,1
Encargos de dívidas	4,0	1,8	0,8
Parcelamento de impostos e Benefícios pós-emprego	21,4	22,6	22,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(61,3)	(57,4)	(66,1)
Não Circulante	**749,4**	**745,4**	**629,4**
Empréstimos e financiamentos	543,3	471,8	334,4
Debêntures	263,6	307,0	306,3
Parcelamento de impostos e Benefícios pós-emprego	40,0	71,4	73,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(97,6)	(104,8)	(85,1)
Total das dívidas	**1.100,4**	**1.014,0**	**960,0**
(-) Disponibilidades financeiras	231,0	193,0	202,1
Total das dívidas líquidas	**869,4**	**821,0**	**757,9**
(-) Créditos CDE	54,0	23,1	24,1
(-) Créditos CVA	183,8	154,9	77,4
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**631,6**	**643,0**	**656,4**
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (1)	1,7	1,8	2,0

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alavancagem

- Dívida líquida (R$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) –

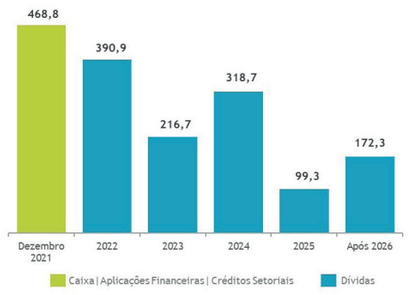


5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2021, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão

(R$ milhões)



6. INVESTIMENTOS

No 4T21, a Companhia investiu um total de R$ 39,6 milhões (contra R$ 55,7 milhões no 4T20), no ano o valor totalizou R$ 146,3 milhões (contra R$ 201,2 milhões no 2020).

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição / Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Ativo Elétrico	37,7	48,5	- 22,2	118,9	176,1	- 32,4
Obrigações Especiais	3,4	3,8	- 8,5	22,1	13,1	+ 68,5
Ativo não Elétrico	(1,5)	3,5	-	5,3	12,0	- 56,2
Total dos Investimentos	**39,6**	**55,7**	**- 28,9**	**146,3**	**201,2**	**- 27,3**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

ENERGISA SUL - SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20

GRUPO energisa

O programa de investimento foi associado à melhoria da qualidade do produto e do serviço, destacando-se:

- ✓ Reforços no sistema de distribuição de média-tensão para permitir a redistribuição das cargas com a entradas das novas subestações (Presidente Prudente II, Extrema II e Guarapuava II);
- ✓ Expansão e reforço no sistema de comunicação via rádio nas Regionais Centro e Leste;
- ✓ Repotencialização da subestação São Francisco, em Bragança Paulista (SP);
- ✓ Finalização da sede administrativa em Presidente Prudente (SP);
- ✓ Modernização de automação e equipamentos de alta-tensão;
- ✓ Substituição de 4 mil medidores obsoletos (acima de 25 anos) nas regiões de Bragança Paulista e Presidente Prudente, no estado de São Paulo;
- ✓ Regularização de clientes clandestinos e blindagem de rede no município de Guarapuava;
- ✓ Acréscimo de 122,98 quilômetros de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta, atingindo 15,52% de redes protegidas e isoladas. O total investido nessas redes foi de R$ 4,3 milhões.

7. DIVIDENDOS

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2021, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$ 157,3 milhões (R$ 1.620,207563535 por ação ordinária), já tendo sido pagos: (I) R$ 46,9 milhões, equivalentes a R$ 482,627538306 por ação ordinária, em 26 de maio; (II) R$20,4 milhões, equivalentes R$ 209,575625051 por ação ordinária, em 26 de agosto; (III) R$42,3 milhões, equivalentes a R$ 436,071679401 por ação ordinária, em 21 de dezembro;

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 16 de março de 2022, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 47,7 milhões, equivalentes a R$ 491,932720776 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 25 de março de 2022.

8. GESTÃO DE PESSOAS

As pessoas são o maior recurso da Energisa Sul Sudeste e, por isso, são foco constante de ações que visam a atração, capacitação, análise de desempenho e valorização. Ao final de 2021, a Energisa Sul-Sudeste contabilizava um total de 1.275 colaboradores, sendo 1.014 empregados diretos e 261 parceiros contratados de terceiros.

Para maximizar a inclusão em seu quadro funcional, a Companhia tem adotado diversas ações e políticas afirmativas para valorizar a diversidade. São trabalhadas, por exemplo, as possíveis barreiras para que mulheres, pessoas negras e portadores de deficiência (PCDs) sejam incluídos e acessem às vagas. Em 2021, aderiu ao projeto Mulheres Positivas, plataforma virtual cujo objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres por meio de informação e serviços. O aplicativo, compartilhado por mais de 40 grandes empresas, mantém gratuitamente mais de 100 cursos de capacitação, além de ofertas de vagas para perfis variados no país todo.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, cascateado em iniciativas para desenvolver os colaboradores em todos os níveis, de as equipes de campo a futuros líderes e liderança. Com investimentos de R$ 637,8 mil, foi promovida a média de 73,35 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 59,91 horas em áreas administrativas e 33,17 horas em cargos gerenciais.

A Educativa Online, plataforma que abrange o modelo de capacitação por meio de trilhas, cujo objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, permaneceu como uma das aliadas do conhecimento em 2021. Seu objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, alguns cursos foram realizados online e outros de forma presencial, especialmente as disciplinas práticas.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Mais do que a garantia da saúde e da segurança dos colaboradores, a Energisa Sul Sudeste valoriza a vida de cada indivíduo. Para dar ainda mais peso ao tema e, principalmente, maior abrangência, a Companhia revisou seus valores em 2021, dentre os quais, destaca-se: a Vida vem em primeiro lugar.

O projeto Operar Seguro é a principal iniciativa de reforço da cultura de segurança, tendo como objetivo reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Em 2021, houve ações que envolveram temas como capacitações em percepção de riscos, comportamentais e Regras de Ouro, e também foi implementado o Operar Seguro Terceiro, para colaboradores contratados por fornecedores de serviços.

Há 1.028 cursos na trilha educativa para capacitação em saúde e segurança, incluindo normas regulamentadoras, sempre em linguagem acessível. Todos os empregados e contratados de terceiros passam obrigatoriamente por uma capacitação e, concluído o treinamento, o participante e seu gestor direto devem preencher um formulário de avaliação de eficácia da capacitação.

Essas iniciativas permitiram uma melhoria parcial nos indicadores comparativamente ao ano anterior. A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi 1,52 em 2021 (6,90 em 2020), enquanto taxa de gravidade passou de 1.874, em 2020, para 4.753,7. Não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

São mantidas diversas ações e programas de prevenção e promoção à saúde. Entre os destaques está o Viva Energia, pelo qual os colaboradores são orientados por médicos do trabalho que identificam necessidades em avaliações periódicas ou por demandas espontâneas. Existe um cronograma de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde e programas para gestantes, doentes crônicos (com telemonitoramento ativo em casos como cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias ou obesidade), problemas emocionais e doenças osteomusculares.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Sul Sudeste. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2021, a Energisa Sul-Sudeste destinou R$ 1,4 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R$ 976 mil.

10.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R$ 4,4 milhões em 2021 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 3.729 unidades consumidoras e permitiram economizar 2.769 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 1,1 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.

Em parceria com as prefeituras de Maracaí, Santo Anastácio, Salmourão, Ribeirão do Sul, Quatá, Presidente Bernardes, Paraguaçu Paulista, Oscar Bressane, Novo Horizonte, Nantes, Itajobi, Inúbia Paulista, Catanduva, Borborema e Álvares Machado, efetivou a troca de 1.769 lâmpadas por unidades com tecnologia LED, com uma economia estimada de 1.129,91 MWh/ano, equivalente ao consumo mensal de 470 residências com consumo médio de 200 kW/mês.

Casa Inteligente – Projeto-piloto desenvolvido pela ESS beneficiou 200 unidades consumidoras de clientes com Tarifa Social com o kit Casa Inteligente, juntamente com uma ducha elétrica econômica e orientações sobre como economizar energia elétrica. O objetivo é proporcionar economia na conta de energia, com a modernidade e disseminação do uso consciente. O kit é composto de lâmpadas wi-fi e um plug de tomada inteligente, também wi-fi. A economia é estimada em 32,91 MWh/ano.

10.2. Projetos socioculturais

Diante de novas ondas da pandemia da Covid-19 em 2021, a Energisa Paraíba manteve o apoio à sociedade por meio do Movimento Energia do Bem, uma rede de solidariedade liderada pelo Companhia em parceria com diversas entidades e que está presente nos 11 estados onde o Grupo atua.

Na área de concessão da ESS foram adquiridas 1.350 cestas básicas, sendo 900 com recursos da distribuidora, e 450 com recursos levantados em um financiamento coletivo, no qual, a cada real doado pelos colaboradores, a empresa complementou com o valor equivalente. As cestas foram entregues para instituições assistenciais de Bragança Paulista (SP), Guarapuava (PR), Presidente Prudente (SP) e Tupã (SP), cidades que fazem parte da área de concessão da Energisa Sul-Sudeste. No total, foram beneficiadas 750 famílias em situação de vulnerabilidade social.

Projeto Nossa Energia, que consiste em levar às unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), às comunidades de baixa renda e que estejam localizadas geograficamente nas comunidades atendidas, os conceitos de redução do desperdício de energia elétrica e preservação do meio ambiente, buscando o uso inteligente e seguro da energia elétrica, bem como substituição de equipamentos ineficientes (lâmpadas) por equipamentos energeticamente mais eficientes com selo Procel.

Projeto de compostagem de resíduos de poda no município de Adamantina, propõe a criação de alternativa sustentável para destinação do resíduo orgânico das escolas e dos resíduos de poda urbana de árvores, colaborando com a redução do volume de resíduo nos aterros da cidade e proporcionando alternativa de geração de renda.

O projeto incluiu podas para a população baixa renda, melhorando o aspecto das ruas, diminuindo o impacto da vegetação na rede e, consequentemente, melhorando a qualidade do fornecimento de energia para a região. O adubo orgânico gerado foi doado para o projeto Agricultura Familiar, ocasionando benefícios econômicos para as famílias do programa e melhoria do solo e culturas cultivadas.

10.3. Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Sul Sudeste assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Instalação de sensores de presença e temporizador de energia para lâmpadas e refletores e troca de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED. Em determinados prédios (subestações e polos) da ESS, houve alternação de lâmpadas ligadas no período noturno.

Emissões: A ESS faz inventário de emissões de gases efeito estufa de acordo com a metodologia do GHG Protocol. O inventário referente ao ano de 2020 foi reconhecido com selo Bronze pelo Programa Brasileiro GHG Protocol. Todas as intervenções em vegetação nativa necessárias para a execução de obras ou manutenção da faixa de servidão das redes e linhas de distribuição somente são realizadas após a obtenção da autorização de órgão ambiental competente. Com a compensação ecológica, a cada árvore autorizada para corte, são plantadas 15 mudas que são monitoradas pelo período de 36 meses. O carbono deixado que deixa de ser resgatado pelas árvores cortadas, em pouco tempo será compensado pelo resgate realizado pela área reflorestada, resultando em saldo positivo de emissões.

Mudanças climáticas: A ESS mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático responsável pela informação sobre descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia.

Biodiversidade: Todo novo projeto da ESS somente é aprovado após análise das equipes de construção, manutenção e meio ambiente quanto a interferências ambientais previstas. Quando não há possibilidade de desviar de fragmentos de vegetação arbórea nativa, são previstas torres alteadas para que o impacto seja o menor possível. Para tais situações está previsto também o lançamento dos cabos com a utilização de drone, sem a necessidade abrir caminhos pelas matas. Nas podas urbanas são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos resíduos da poda, possibilitando a utilização dos resíduos em projetos sociais e acadêmicos.

Resíduos: A gestão dos resíduos sólidos gerados nas atividades da ESS tem sido uma grande preocupação e se tornou um desafio a ser conduzido com a implantação de novas práticas e metodologias. Há coleta seletiva, constantes reuniões e treinamentos relacionados ao tema e ações de sensibilização para o público interno e externo. Uma das práticas já consolidada é a coleta seletiva, que possibilita a destinação correta dos resíduos para reciclagem ou reutilização, diminuindo os volumes destinados a aterros sanitários. Resíduos como papeis, papelões, metais, vidros, postes, resíduos tecnológicos, dentre outros, são destinados para reciclagem ou reutilização. As sucatas de transformadores, por exemplo, seguem o processo de logística reversa. Já as pilhas, baterias, tonners, materiais contaminados com produtos químicos (óleo, tinta, thinner), Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), solo e brita contaminados com óleo são coletados, transportados e destinados por empresa devidamente licenciada e autorizada, para coprocessamento.

Cruzetas ecológicas: A ESS vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas, conhecidas como cruzetas ecológicas, confeccionadas de polietileno e fibra natural, ecologicamente corretas e bem mais duráveis, o que resulta na redução na utilização de materiais e consequentemente, na diminuição do volume de resíduos gerados. Em 2021, foram utilizadas 8.498 cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 6.890 peças no montante de R$ 991 mil e em expansão de rede o valor de R$ 223 mil, sendo 1.608 peças.

Água e efluentes: Em vários pontos da empresa foram implantados coletores da água proveniente dos aparelhos de ar-condicionado para uso na limpeza do pátio e áreas internas. Isso resulta na redução do consumo de água e melhor aproveitamento do recurso natural. Como o projeto foi implantado recentemente, ainda não há dados mapeados. Outras iniciativas de economia incluem torneiras com válvula temporizadora com fechamento automático e válvulas de descarga com temporizador.

Convênio com Associação Protetora dos Animais Silvestres: A empresa apoia com uma contribuição mensal essa associação que tem em sua estrutura três centros que abrigam espécies silvestres: Centro de Reabilitação (tratamento e reabilitação de animais feridos); Centro de Triagem (onde os animais são avaliados quanto às necessidades de tratamento e possibilidades futuras de reintegração à natureza) e um Mantenedor da Fauna Silvestre, que abriga animais sem possibilidade de sobrevivência em seu habitat natural.

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2021 foi de R$ 1.496 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2021 *(Em milhares de reais)*

1 - Base de Cálculo	2021	2020
Receita líquida (RL)	2.236.519	1.824.737
Resultado operacional (RO)	245.673	187.388
Folha de pagamento bruta (FPB)	87.770	81.679

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	13.172	15,01%	0,59%	12.601	15,43%	0,69%
Encargos sociais compulsórios	19.946	22,73%	0,89%	17.571	21,51%	0,96%
Previdência privada	12.364	14,09%	0,55%	(8.993)	-11,01%	-0,49%
Saúde	8.128	9,26%	0,36%	8.297	10,16%	0,45%
Segurança e saúde no trabalho	2.850	3,25%	0,13%	2.232	2,73%	0,12%
Educação	120	0,14%	0,01%	156	0,19%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.209	1,38%	0,05%	420	0,51%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	50	0,06%	0,00%	88	0,11%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	8.782	10,01%	0,39%	10.475	12,82%	0,57%
Outros	1.262	1,44%	0,06%	978	1,20%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	**67.883**	**77,37%**	**3,03%**	**43.825**	**53,65%**	**2,38%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**%sobreRO**	**%sobreRL**	**Valor**	**%sobreRO**	**%sobreRL**
Educação	219	0,09%	0,01%	199	0,11%	0,01%
Cultura	809	0,33%	0,04%	759	0,41%	0,04%
Esporte	29	0,01%	0,00%	28	0,01%	0,00%
Outros	323	0,13%	0,01%	1.829	0,98%	0,10%
Total das contribuições para a sociedade	**1.380**	**0,56%**	**0,06%**	**2.815**	**1,51%**	**0,15%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	756.656	307,99%	33,83%	667.317	356,12%	36,57%
Total - Indicadores sociais externos	**758.036**	**308,55%**	**33,89%**	**670.132**	**357,63%**	**36,72%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor**	**%sobreRO**	**%sobreRL**	**Valor**	**%sobreRO**	**%sobreRL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	23	0,01%	0,00%	8.684	4,63%	0,48%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	12.912	5,26%	0,58%	3.923	2,09%	0,21%
Total dos investimentos em meio ambiente	**12.935**	**5,27%**	**0,58%**	**12.607**	**6,72%**	**0,69%**

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2021	2020
Nº de empregados(as) ao final do período	1.014	1.009
Nº de admissões durante o período	154	91
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	261	233
Nº de estagiários(as)	19	16
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	159	150
Nº de mulheres que trabalham na empresa	151	138
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	10,34%	6,45%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	220	203
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,90%	9,68%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	39	39

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	89.37			89.37		
Número total de acidentes de trabalho	-			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(x) todos (as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(x) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 194.154	no Procon 367	na Justiça 1.863	na empresa 184.446	no Procon 320	na Justiça 1.770
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 7%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 15%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2021:**	**1.492.609**		**Em 2020:**	**1.200.701**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	71% governo 6% colaboradores (as) 10% acionistas 12% terceiros 1% retido			77% governo 6% colaboradores (as) 10% acionistas 6% terceiros 1% retido		

7 - Outras Informações	2021	2020
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos		
7.1.1 - Investimento da União		
7.1.2 - Investimento do Estado		
7.1.3 - Investimento do Município		
7.1.4 - Investimento da Concessionária		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)		
7.2 - Programa de eficiência Energética	5.034	3.849
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	681	5.973
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**5.715**	**9.822**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	131.528	69.229
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	99.474	246.670
Consumidores e concessionárias	6	434.860	356.906
Títulos de créditos a receber	7	2.349	2.349
Estoques		7.402	8.745
Tributos a recuperar	8	101.473	66.457
Ativos financeiros setoriais	10	127.186	44.227
Instrumentos financeiros derivativos	34	94.347	42.852
Outros créditos	11	98.870	61.449
Total do circulante		**1.097.489**	**898.884**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	54.517	42.850
Tributos a recuperar	8	413.383	79.519
Créditos tributários	13	27.209	64.259
Depósitos judiciais	24	81.572	67.144
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	136.028	101.425
Ativos financeiros setoriais	10	109.062	38.680
Instrumentos financeiros derivativos	34	97.567	169.756
Outros créditos	11	23.322	23.317
		942.660	**586.950**
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	15	19.512	17.116
Investimentos		492	492
Imobilizado	16	18.372	15.347
Intangível	17	868.605	844.636
Total do não circulante		**1.849.641**	**1.464.541**
Total do ativo		**2.947.130**	**2.363.425**

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	18	285.007	256.282
Encargos de dívidas	19	4.029	1.285
Empréstimos e financiamentos	19	279.764	178.233
Debêntures	20	107.127	39.270
Impostos e contribuições sociais	22	99.799	77.115
Obrigações estimadas		8.019	7.533
Dividendos e Juros sobre capital próprio		262	7.253
Encargos do consumidor a recolher		13.227	13.227
Contribuição de iluminação pública		8.075	7.257
Encargos setoriais	25	30.287	23.621
Passivos financeiros setoriais	10	40.052	48.787
Instrumentos financeiros derivativos	34	33.097	4.874
Benefícios pós emprego	35	4.041	5.304
Arrendamentos operacionais	21	843	1.229
Outras contas a pagar	26	63.498	46.006
Total do circulante		**977.127**	**717.276**
Não circulante			
Fornecedores	18	6.671	5.973
Empréstimos e financiamentos	19	543.321	429.189
Debêntures	20	263.642	359.339
Impostos e contribuições sociais	22	82.573	83.613
Passivos financeiros setoriais	10	12.400	8.251
Encargos setoriais	25	13.999	33.169
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscaise e regulatórios	24	23.119	25.387
Benefícios pós emprego	35	34.946	64.986
Arrendamentos operacionais	21	873	2.002
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	23	388.471	29.265
Outros Passivos	26	5.619	3.312
Total do não circulante		**1.375.634**	**1.044.486**
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	27.1	534.717	534.717
Reservas de capital	27.2	1.020	662
Reservas de lucros	27.3	29.029	20.748
Dividendos adicionais propostos	27.4	47.773	88.586
Outros resultados abrangentes	27.5	(18.170)	(43.050)
Total do patrimônio líquido		**594.369**	**601.663**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.947.130**	**2.363.425**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	28	2.236.519	1.824.737
Custo do serviço de energia elétrica	29	(1.546.738)	(1.170.055)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	29	(300.499)	(359.834)
Lucro bruto		**389.282**	**294.848**
Despesas gerais e administrativas	29	(107.571)	(81.691)
Outras receitas	30	8.731	4.769
Outras despesas	30	(6.886)	(6.755)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**283.556**	**211.171**
Receita financeira	31	139.599	55.742
Despesas financeiras	31	(177.482)	(79.525)
Despesas financeiras líquidas		**(37.883)**	**(23.783)**
Resultados antes dos tributos sobre o lucro		**245.673**	**187.388**
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(55.817)	(8.007)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(24.233)	(55.073)
Lucro líquido do exercício		**165.623**	**124.308**
Lucro líquido básico e diluído ação ordinária - R$	32	**1.707,45**	**1.281,53**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**165.623**	**124.308**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	27.5	24.880	1.170
Total de outros resultados abrangentes do exercício, liquido de impostos		**190.503**	**125.478**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reserva de lucros Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 janeiro de 2020		**534.717**	220	**14.533**	**47.465**	**-**	**(44.220)**	**552.715**
Dividendos prescritos	27.4	-	-	-	-	21		**21**
Pagamentos de dividendos	27.4	-	-	-	(47.465)	-	-	**(47.465)**
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	442	-	-	-	-	**442**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	124.308	-	**124.308**
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								**-**
Reserva legal	27.3	-	-	6.215	-	(6.215)	-	**-**
Dividendos	27.4	-	-	-	-	(29.528)	-	**(29.528)**
Dividendos adicionais propostos	27.4	-	-	-	88.586	(88.586)	-	**-**
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos								**-**
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	-	1.774	**1.774**
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	-	(604)	**(604)**
Saldos em 31 dezembro de 2020		**534.717**	**662**	**20.748**	**88.586**	**-**	**(43.050)**	**601.663**
Dividendos prescritos		**-**	**-**	**-**	**-**		**-**	**-**
Pagamento dividendos adicionais propostos	27.4	-	-	-	(88.586)	-		**(88.586)**
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	358	-	-	-	-	**358**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	165.623	-	**165.623**
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	27.3	-	-	8.281	-	(8.281)	-	**-**
Dividendos	27.4	-	-	-	-	(109.569)	-	**(109.569)**
Dividendos adicionais propostos	27.4	-	-	-	47.773	(47.773)	-	**-**
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos								
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	-	37.697	**37.697**
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	-	(12.817)	**(12.817)**
Saldos em 31 dezembro de 2021		**534.717**	**1.020**	**29.029**	**47.773**	**-**	**(18.170)**	**594.369**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	32	165.623	124.308
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	80.050	63.080
(Receitas) despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		67.143	187.124
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	(12.512)	(2.807)
Amortização e depreciação	29	65.236	58.527
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	29	(284)	7.813
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	24	1.484	8.571
Marcação a mercado de dívidas	31	(26.478)	1.938
Marcação a mercado de derivativos	31	31.505	(1.952)
Instrumentos financeiros derivativos	31	(14.459)	(168.962)
(Ganho) Perda na alienação de bens do intangível	30	(3.058)	2.616
Programa de remuneração variável (ILP)		498	442
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(91.678)	(73.111)
(Aumento) diminuição de títulos de créditos a receber		(384)	682
Diminuição (Aumento) de estoques		1.343	(1.189)
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar		(422)	40.544
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(9.779)	(11.732)
(Aumento) de ativos financeiros setoriais	10	(168.026)	(14.445)
Recebimentos Despacho - CONTA COVID		-	97.396
Recursos da conta de comercialização de Itaipu	10	12.421	-
Diminuição (Aumento) de outros créditos a receber		3.155	(2.877)
Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC		3.535	
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		34.382	47.446
Aumento de impostos e contribuições sociais		49.899	23.206
Imposto de renda e contribuição social pagos		(39.244)	(9.240)
Aumento de obrigações Estimadas		486	426
(Diminuição) passivos financeiros setoriais	10	(27.955)	(39.593)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(5.749)	(6.075)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(19.758)	31.341
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**96.974**	**363.477**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		154.623	(113.991)
Aplicações no intangível e imobilizado	14, 15, 16 e 17	(128.337)	(185.360)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14, 15, 16 e 17	2.857	1.545
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		**29.143**	**(297.806)**
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	19 e 20	378.653	280.836
Pagamentos de empréstimos - principal	19 e 20	(212.981)	(235.398)
Pagamentos de empréstimos - juros	19 e 20	(30.576)	(27.006)
Pagamentos de parcelamento de impostos	22	(18.455)	(13.239)
Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		25.717	27.678
Pagamento de dividendos		(205.146)	(69.855)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	21	(1.030)	(1.247)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(63.818)**	**(38.231)**
Variação líquida do caixa		**62.299**	**27.440**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	69.229	41.789
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	131.528	69.229
Variação líquida do caixa		**62.299**	**27.440**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - DVA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado:			
Receitas		**3.348.245**	**2.786.740**
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28	3.226.287	2.611.252
Outras receitas	30	8.731	4.769
Receitas relativas a construção de ativos próprios	28 e 31	112.943	178.532
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	29	284	(7.813)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		1.700.837	1.286.408
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros		114.986	106.186
Outros		120.984	193.378
		1.936.807	**1.585.972**
Valor adicionado bruto		**1.411.438**	**1.200.768**
Depreciação, Amortização e Exaustão	29	65.236	58.527
Valor adicionado líquido		**1.346.202**	**1.142.241**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	31	146.407	58.460
Valor adicionado total a distribuir		**1.492.609**	**1.200.701**

	Nota	2021	2020
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal		**94.562**	**67.126**
Remuneração direta		67.538	41.135
Benefícios		22.028	21.588
FGTS		4.996	4.403
Impostos, taxas e contribuições		**1.053.509**	**928.974**
Federais		212.196	202.439
Estaduais		564.114	482.199
Municipais		292	250
Obrigações Intra-setoriais		276.907	244.086
Remuneração de capitais de terceiros		**178.915**	**80.293**
Juros	31	178.301	80.118
Aluguéis		614	175
Remuneração de capitais próprios		**165.623**	**124.308**
Reserva legal	27.3	8.281	**6.215**
Dividendos	27.4	109.569	**29.528**
Dividendos adicionais propostos	27.4	47.773	**88.586**
Dividendos prescritos	27.4	-	(21)
		1.492.609	**1.200.701**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

ENERGISA SUL - SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20

Grupo energisa

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "ESS") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Presidente Prudente - SP, controlada pela Rede Energia Participações S/A ("REDE"). A Companhia é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, atua em 82 municípios, sendo 71 municípios no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no Estado do Paraná atendendo a 839.147 consumidores em uma área de concessão de 32.405 km². Em 05 de novembro de 2019, a Companhia obteve o registro de emissor de valores mobiliários na categoria "B".
1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica: A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.
O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios: I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira; III - Racionalidade operacional e econômica; e IV - Modicidade tarifária. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são: I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes aos reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 10, 14, 15 e 28, respectivamente. **1.2. Efeitos da COVID-19: Contexto:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades d diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. **Impactos observados em 2021:** Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Ômicron que tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global. O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial. A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo que as principais ações adotadas pela Companhia estão listadas a seguir: · Monitorar os níveis de sobrecontratação de energia elétrica no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira; · Adotar regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações; · Acompanhar os contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez; · Monitorar o incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento temporário do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021 alterada pela Resolução ANEEL nº 936 de 15 de junho de 2021. A Companhia implementou ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails, realizações de campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital; · Supervisão constante das obras em andamento com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. A Administração não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento; · Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais; e • Na Companhia, 98,4% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19. Não foram identificados outros impactos além dos mencionado acima. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 34. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; IV. Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão; V. Nota explicativa nº 16 - Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 17 - Intangível; VII. Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; VIII. Nota explicativa nº 29 - Custo e despesas operacionais (energia elétrica comprada para revenda); IX. Nota explicativa nº 34 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 35 - Benefícios-pós emprego.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Principais políticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b. Instrumentos financeiros e operações de hedge: *Ativos financeiros*:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Mensuração subsequente* - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avaliou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.
Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3; • Consumidores e concessionárias – Nota explicativa nº 6; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 34. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021 compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração –** os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente –** a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado –** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado –** após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge:*** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 34, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: *Hedges de valor justo*: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias –** inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras; A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.
Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº14. **f. Ativos e passivos financeiros setoriais** – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **g. Ativo contratual – Infraestrutura em construção** – o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos aos consumidores. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **i. Intangível** – compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público de energia elétrica, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **j. Arrendamentos -** os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20); **l. Redução a valor recuperável: Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.
Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: • **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. • **Ativos intangíveis:** ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. • **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: **(i) Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; **(ii) Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e **(iii) Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **n. Derivativos** – são instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração do resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 34. **o. Imposto de renda e contribuição social** – compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido; Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **p. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis**; q. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações; **r. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **s. Receita operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida. As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização – CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. **a. Benefícios pós-emprego -** a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido. t. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e **u. Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.
3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*
(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração de resultado do exercício reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa
A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 85,0% do CDI (101,9% do CDI em 2020).

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	19.585	23.928
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	-	45.301
Operações compromissadas	111.943	-
Total de Caixa e equivalentes de caixa (1)	**131.528**	**69.229**

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.
5.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, Letra Financeira do Tesouro, CDBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 111,4% do CDI (86,2% do CDI em 2020).

	2021	2020
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2	1.080
Fundos de Investimentos (1)	501	289
Fundos de Investimentos Exclusivos (2)		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	2.700	2.888
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	56	236
Títulos Públicos	-	32.390
Fundo Multimercado	178	787
Fundo de Renda Fixa	41.907	48.556
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	16.293	57.617
Letra Financeira (LF)	8.238	17.211
Letra Financeira (LFP)	21	-
Letra Financeira (LFS)	-	43.292
Letra Financeira (LTN)	337	2.005
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	29.064	36.174
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	177	4.145
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante (3)	**99.474**	**246.670**

(1) Fundo de Investimentos - são classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 94,5% a 170,5% (2,6% a 82,3% em 2020) do CDI e média ponderada 137,8% (43,8% em 2020) do CDI. (2) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LFP, LFS, LTN, NTNB, NTNF e são remuneradas a 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 117,3% (63,5% em 2020) do CDI Fundo Zona da Mata 127,8% e do CDI Fundo Cataguases. (3) Inclui R$503 (R$1.369 em 2020) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	2021	2020
Bloqueio judicial credores	311	289
Conselho do consumidor	192	1.080
Total	**503**	**1.369**

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (2)	2021	2020
Valores correntes									
Residencial	54.229	-	42.299	1.712	148	453	(2.313)	96.528	79.693
Industrial	18.697	-	1.982	64	277	2.946	(2.946)	21.020	29.162
Comercial	31.363	-	8.399	276	100	1.412	(1.512)	40.038	39.327
Rural	11.905	-	3.566	323	254	391	(391)	16.048	13.558
Poder público:	7.870	-	197	9	-	2	(2)	8.076	5.862
Iluminação pública	10.048	-	91	-	-	46	(46)	10.139	2.638
Serviço público	9.700	-	9	-	-	27	(27)	9.709	8.861
Fornecimento não faturado	186.714	-	-	-	-	-	-	186.714	130.739
Arrecadação Processo Classificação	(455)	-	-	-	-	-	-	(455)	(466)
Valores renegociados:									
Residencial	3.358	7.539	1.881	508	328	935	(2.846)	11.703	7.812
Industrial	554	2.453	125	12	105	913	(1.057)	3.105	1.654
Comercial	890	2.354	445	145	166	1.167	(1.719)	3.448	2.881
Rural	331	835	107	20	22	80	(203)	1.192	1.013
Poder público:	4	2	-	-	-	9	(9)	6	61
Serviço público	17	-	-	-	-	-	-	17	14
(-) Ajuste a valor presente (1)	(74)	(1.072)	-	-	-	-	-	(1.146)	(119)
Subtotal - clientes	**335.151**	**12.111**	**59.101**	**3.069**	**1.400**	**8.381**	**(13.071)**	**406.142**	**322.690**
Suprimento Energia - Moeda Nacional (3)	15.718	-	-	-	-	16.751	-	32.469	35.288
Outros (4)	10	-	28.217	2.549	22	20.281	(313)	50.766	41.778
Total	**350.879**	**12.111**	**87.318**	**5.618**	**1.422**	**45.413**	**(13.384)**	**489.377**	**399.756**
Circulante								434.860	356.906
Não Circulante								54.517	42.850

(1) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

ENERGISA SUL - SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20

aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 8,76% a.a. (1,90% a.a. em 2020). **(2) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD)**: constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo inicial– 2020 e 2019	**51.704**	**46.659**
(Reversões)/Provisões constituídas no exercício	(12.272)	7.813
Baixa/reversão de contas de energia elétrica – incobráveis	(1.808)	(2.768)
Saldo final– 2021 e 2020	**37.624**	**51.704**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	13.384	14.625
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 7)	22.162	23.014
Outros créditos (vide nota explicativa nº 11)	2.078	14.065

(3) Suprimento de energia: inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2021	2020
Créditos a vencer	15.718	18.536
Créditos vinculados a liminares [a]	16.752	16.752
Subtotal créditos CCEE	**32.470**	**35.288**
(-) Aquisição de energia CCEE	(23.619)	(63.608)
(-) Encargos de serviços de sistema	(62.113)	(6.220)
Total créditos CCEE	**(53.262)**	**(34.540)**

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
(4) Outros: inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar ao consumidores. A Companhia possui R$34.481 (R$25.386 em 2020), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rúbrica de Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 22).

7. TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER

	2021	2020
Valor de aquisição de créditos fiscais [1]	44.034	44.034
(-) Provisão na aquisição de créditos fiscais [1]	(22.633)	(22.633)
(-) Perda no valor recuperável [1]	(21.400)	(21.400)
Prefeitura Municipal Regente Feijó [2]	-	289
(-) Perda Prefeitura Munic. Regente Feijó [2]	-	(289)
Prefeitura Municipal Presidente Venceslau [2]	-	562
(-) Perda Prefeitura Municipal Presidente Venceslau [2]	-	(562)
Outros títulos a receber	3.110	3.110
(-) Perda no valor recuperável	(762)	(762)
Total – circulante	**2.349**	**2.349**

(1) A Companhia adquiriu em 2003, R$44.034 (R$44.034 em 2020), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A Companhia ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1a Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15 de dezembro de 2006, a Companhia desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no montante de R$21.400 (R$21.400 em 2020) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R$22.633 (R$22.633 em 2020); (2) Os títulos foram cedidos ao FIDC em janeiro de 2021, vide nota explicativa nº 30.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	43.744	49.849
Imposto de Renda	32.263	28.723
Contribuição Social	11.459	12.322
Contribuição PIS e COFINS	25.388	15.382
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS [i]	392.033	29.729
Outros	9.969	9.971
Total	**514.856**	**145.976**
Circulante	101.473	66.457
Não Circulante	413.383	79.519

(1) O crédito de PIS e de COFINS a recuperar em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$29.729 originado da empresa CFLO, referente a exclusão do ICMS na base de cálculo após a ação judicial ter trânsito em julgado e relacionado a decisão do Plenário do STF que em 13 de maio de 2021 decidiu que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS é de fato válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE 574706, além de consolidar o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R$708, contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. As compensações realizadas no exercício foram de R$30.437. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e COFINS, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da incorporada CFLO, que optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação dos saldos a receber com os valores a recolher, iniciadas em maio de 2021 e integralmente compensados em julho de 2021. A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e de COFINS, provenientes da ESS (incorporadora) e das demais empresas incorporadas (EEB, EDEVP e CNEE) mas que ainda aguardam o trânsito em julgado das ações. Os montantes dos ativos de PIS e COFINS a recuperar totalizam R$392.033 e no passivo não circulante R$388.471, conforme nota explicativa nº 23 - Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que montou em R$85.235, contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

9. REAJUSTE TARIFÁRIO, REVISÃO TARIFÁRIA E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

9.1. Revisão e reajuste tarifário: A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Resume-se, a seguir, a revisão tarifária em vigor:

Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
Resolução 2.893, de 06 de julho de 2021	9,84%	12 de julho de 2021

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.722 de 07 de julho de 2020 e Nota Técnica nº 114/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 12 de julho de 2020. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 4,87%. **9.2. Bandeiras tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: • Bandeira Tarifária Verde; • Bandeira Tarifária Amarela; e • Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; • Bandeira Escassez Hídrica. A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R$/ Kwh (1)	Atual R$/Kwh (2) REH 2.888/2021 [*]	Atual R$/Kwh Resolução nº 3/2021	Variação total (2) / (1)
Verde	-	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	-	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	(5%)
Vermelha 2	6,24	9,49	-	52%
Escassez Hídrica	-	-	14,20	

[*] A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.
Em 2021 e 2020 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez hídrica	Verde
Outubro	Escassez hídrica	Verde
Novembro	Escassez hídrica	Verde
Dezembro	Escassez hídrica	Vermelha Patamar 2

Bandeira Escassez Hídrica: A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022. A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021. **9.3. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica:** Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição e será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio. O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigerá por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R$32.072 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores, cuja obrigação foi reconhecida na rubrica de Outras Contas a Pagar do passivo circulante – Bônus de redução voluntária de consumo (vide nota explicativa nº 26 Outros passivos) tendo como contrapartida uma redução da receita operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento da Companhia pelo bônus concedido foi reconhecido na rubrica de Reembolsos do Fundo CDE no grupo de Outros Créditos do ativo circulante (vide nota explicativa nº 11. Outros Créditos) e tendo como contrapartida uma rubrica de receita operacional de forma a gerar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. **9.4. Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação:** O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem posicionada. Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021. No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente: 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL; 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedade, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência. Analisando esta última proposta, a Companhia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica no 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito negativo no resultado do exercício de R$5.900. Dos valores reconhecidos no resultado do exercício, o montante de R$21.000, foi contabilizado na receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva e R$2.300 referente a atualização financeira devedora, registrado em despesas financeiras na rubrica de atualização financeira - Passivos financeiros setoriais.

10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldos em 2020	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Resultado Financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A [1]										
Energia elétrica comprada para revenda	51.420	10.502	(9.910)	48	(1.800)	50.260	13.182	37.078	30.626	19.634
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	15	4.109	(1.962)	35	-	2.197	2.197	-	2.197	-
Encargo de serviços de sistema ESS [2]	2.327	117.581	(6.228)	639	-	114.319	6.829	107.490	57.395	56.924
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	1.615	3.499	(1.121)	63	-	4.056	1.262	2.794	2.577	1.479
Transporte de Energia Elétrica – Rede Básica	-	3.490	-	(8)	(791)	2.691	-	2.691	1.266	1.425
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	14.532	(6.701)	161	(443)	7.549	7.549	-	7.549	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A [3]	4.730	18.209	(8.717)	301	(1.663)	12.860	4.488	8.372	8.426	4.434
Sobrecontratação de energia [4]	10.107	15.064	(4.209)	2.400	4.436	27.798	4.898	22.900	4.898	22.900
Exposição de submercados	10.158	9.129	(10.996)	184	-	8.475	7.500	975	7.959	516
CUSD	975	2.862	(1.890)	25	157	2.129	2.129	-	2.129	-
Garantias [5]	1.293	1.180	(1.170)	30	-	1.333	609	724	949	384
Saldo a compensar [6]	-	889	-	68	1.358	2.315	-	2.315	1.089	1.226
Outros itens financeiros	267	7.463	-	171	(7.635)	266	-	266	126	140
Total ativo	**82.907**	**208.509**	**(52.904)**	**4.117**	**(6.381)**	**236.248**	**50.643**	**185.605**	**127.186**	**109.062**

Passivo Financeiro Setorial	Saldos em 2020	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Resultado Financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A [1]										
Energia elétrica comprada para revenda	32.239	-	(30.439)	-	(1.800)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica – Rede Básica	2.992	3.592	(2.800)	84	(791)	3.077	3.077	-	3.077	-
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	8	-	(8)	-	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	538	8.676	(89)	142	(443)	8.824	-	8.824	4.151	4.673
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A [3]	5.310	(3.673)	-	26	(1.663)	-	-	-	-	-
Sobrecontração de energia [4]	2.549	(1.845)	(2.405)	300	4.436	3.035	-	3.035	1.407	1.628
CUSD	28	(151)	(26)	(4)	157	4	-	4	2	2
Devoluções Tarifárias [7]	12.743	(247)	3.989	22	-	16.507	9.836	6.671	12.975	3.532
Saldo a compensar [6]	631	2	(1.268)	-	1.358	723	723	-	723	-
Outros itens financeiros [8]	-	41.602	(13.685)	-	(7.635)	20.282	15.405	4.877	17.717	2.565
Total passivo	**57.038**	**47.956**	**(46.731)**	**570**	**(6.381)**	**52.452**	**29.041**	**23.411**	**40.052**	**12.400**
Saldo líquido	**25.869**	**160.553**	**(6.173)**	**3.547**	**-**	**183.796**	**21.602**	**162.194**	**87.134**	**96.662**

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. (2) **Encargo de Serviço do Sistema – ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional – SIN, constituídos em 2020, e sem movimentação nos dois primeiros trimestres de 2021, referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do Covid-19 que ocorreu durante o exercício de 2020 no montante de R$16.461. (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas. (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. Conforme mencionado na nota 9.4, valores superiores ao limite de 105% estão em discussão e, portanto, ainda não foram reconhecidos. (5) **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004. (6) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada. (7) **Devoluções Tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, atualizadas mensalmente e que estão sendo amortizadas em decorrência da assinatura do Novo Termo Aditivo. (8) **Outros itens financeiros (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS):** no processo tarifário de 2021, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. Durante o processo de cálculo das novas tarifas do exercício de 2021, a Companhia efetuou compensação de R$29.180 junto à receita federal do brasil. O montante foi considerado como componente financeiro negativo extraordinário no processo tarifário aprovado pela Resolução Homologatória nº 2.893 de 06 de julho de 2021. **Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu:** Em 22 de novembro de 2021 a Companhia recebeu R$12.421 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos e a diferença de R$6.171 foi registrada como um passivo financeiro setorial. **Adesão a conta COVID:** A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA COVID no valor máximo de R$97.396 destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais todo o montante já foi recebido, conforme segue:

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	97.396

A criação da conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de setembro de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B. O principal objetivo da instituição da CONTA COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950/2020, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de setembro, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados. De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da CONTA-COVID foram incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

11. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Adiantamentos a empregados	1.552	1.299
Adiantamentos a fornecedores	2.677	2.612
Dispêndios a reembolsar	239	239
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	22.223	21.768
Alienação de Bens e Direitos	7.791	4.714
Banco Daycoval S/A [1]	-	11.988
(-) Provisão para perdas [1]	-	(11.988)
Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa [2]	36.035	36.035
(-) AVP - Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa [2]	(11.579)	(12.090)
Despesas pagas antecipadamente	6.802	4.556
Baixa Renda - tarifa social [3]	5.856	5.118
Subvenção CDE - descontos tarifários [4]	16.089	19.422
Bônus – Reembolso do Fundo CDE [*]	32.072	-
Ordens de desativações em curso [5]	1.395	(521)
Outros créditos a receber [6]	1.040	1.614
Total	**122.192**	**84.766**
Circulante	98.870	61.449
Não Circulante	23.322	23.317

[*] Vide nota explicativa nº 9.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.
(1) **Banco Daycoval S/A – refere-se ao valor transferido** para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medidas judicial para recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº 30, a Companhia realizou no mês de janeiro de 2021, cessão de títulos no montante de R$11.988 referente ao Banco Daycoval que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do exercício. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico (“FIDC”), o qual possui somente créditos cedidos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos de uma instituição financeira que, conjuntamente com a controladora Energisa S/A aportaram recursos no fundo. (2) **Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA – refere-se a créditos a receber oriundos** de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A, realizada em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber da Celpa é de R$36.035 entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA. O saldo será atualizado com uma taxa de juros capitalizados de 6% a.a. até agosto de 2019, após esse período o recebimento dos juros será efetuado semestralmente. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. (3) **Subvenção Baixa Renda** – referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se a provisões agosto e setembro de 2021. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

	2021	2020
Saldo inicial – 2020 e 2019	**5.118**	**4.332**
Subvenção Baixa Renda	26.445	31.526
Ressarcimento realizados pela CCEE	(25.707)	(30.740)
Saldo final – 2021 e 2020	**5.856**	**5.118**

(4) **Subvenção CDE – descontos tarifários:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

	2021	2020
Saldo inicial – em 2020 e 2019	**19.422**	**29.921**
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	95.988	88.861
Ressarcimento realizados pela CCEE	(99.321)	(99.360)
Saldo final – 2021 e 2020	**16.089**	**19.422**

[*] Vide nota explicativa nº 9.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica
(5) **Ordens de alienação e desativação em curso:** refere-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído. A Administração tem efetuado esforços para concluir os trabalhos dos processos objetivando reduzir os saldos. (6) **Outros créditos:** inclui R$2.078 (R$2.077 em 2020) referente a provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (99,25% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas: • Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Multi Energisa Serviços S/A (Multi); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE); • QMRA Participações S/A (QMRA); e • Rede Power Holding de Energia S/A (REDE POWER). A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias, como segue: Controladas diretas da Energisa S/A: • Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB); • Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO); • Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE); • Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF); • Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO); • Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC); • Energisa Soluções S/A (ESOL); • Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; • Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e • Voltz Capital S/A. Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A: • Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A; • Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A; • Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e • Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A. Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A: • Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol); e • URB Energia Limpa Ltda.

	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição Receita / (Despesa)	Serviços contratados (Despesa)	Debentures – despesas financeiras	Operação com FIDC Receitas	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a pagar (Fornecedores)	Saldo a receber/(pagar) – Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A [1 e 2]	-	(29.038)	(30.375)	-	(226.944)	(3.251)	-
Energisa Mato Grosso do Sul [3]	7.106	-	-	-	-	-	172
Energisa Soluções Construções S/A [4]	-	(23.997)	-	-	-	(3.296)	-
Energisa Soluções S/A [4]	-	(3.516)	-	-	-	(237)	-
Multi Energisa Serviços S/A [5]	-	(4.047)	-	-	-	(773)	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A [6]	(194)	-	-	-	-	-	(16)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A. [6]	(205)	-	-	-	-	-	(17)
Energisa Pará Transmissora de Energia II S.A. [6]	(13)	-	-	-	-	-	(1)
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A. [6]	(89)	-	-	-	-	-	(2)
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A [7]	-	(327)	-	-	-	(1)	-
Alsol Energias Renováveis S/A [8] -		(98)	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento - FIDC [9]	-	-	-	3.535	-	-	-
2021	**6.605**	**(61.023)**	**(30.375)**	**3.535**	**(226.944)**	**(7.558)**	**136**
2020	**6.751**	**(62.963)**	**(15.071)**	**-**	**(242.779)**	**(5.983)**	**200**

[1] **Energisa S/A** - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados à Companhia. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL. (2) **Energisa S/A – Debêntures:** (i) Em 19 de julho de 2017 a Companhia efetuou a 1ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foi na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R$106.341 (R$96.000 em 2020); e (ii) em 31 de outubro de 2017 a Companhia fez a 3ª emissão de Debêntures de 1ª série incentivada com vencimento em 15 de outubro de 2022 e remuneração de IPCA mais 4,4885% ao ano, 2ª série com vencimento em 15 de outubro de 2024 e remuneração de IPCA mais 4,7110% ao ano, 3ª série com vencimento em 15 de outubro de 2027 e remuneração de IPCA mais 5,1074% ao ano e 4ª série com vencimento em 15 de outubro de 2022 e remuneração de 107,75% CDI. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R$52.198 (R$85.224 em 2020), e (iii) 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 6ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foi na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A, com vencimentos e condições conforme nota explicativa n°20. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R$68.405 (R$61.555 em 2020). (3) **Energisa Mato Grosso do Sul** – refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição. (4) **Energisa Soluções S/A e Energisa Soluções Construções e Linhas e Redes S/A** - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. (5) **Multi Energisa S/A** - refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. (6) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A., Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A., Energisa Pará Transmissora de Energia II S.A. e Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.** - refere-se ao custo transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão. (7) **Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A., Serviços aéreos na qualidade de prospecção – modalidade SAE**, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento. (8) **Alsol Energias Renováveis S/A**: refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D. (9) **Fundo de Investimentos - FIDC** - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão de créditos, realizados no exercício, vide nota explicativa nº30.

Remuneração dos administradores

	2021	2020
Remuneração Anual [1]	3.716	4.128
Remuneração da Diretoria	1.555	1.356
Outros Benefícios [2]	1.567	1.136

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado na AGE de 29 de abril de 2021. (2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2021 foram de R$72 e R$2 (R$69 e R$2 em 2020), respectivamente. A remuneração média em 2021 foi de R$19 (R$17 em 2020).
Programa de Remuneração Variável (ILP): A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.
Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP [1]	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	10.325	8.476	9.565	11.292
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data de início *vesting*	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco [2]	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade [3]	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R$44,35	R$54,97	R$43,69	R$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R$370 representativo de 7.867 Units, já líquidos de imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade do beneficiário. (2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2022. Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2023). (3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa; Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram contabilizados R$498 (R$442 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula ao final de 31 de dezembro de 2021 em R$1.020 (R$662 em 2020).

13. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2021	2020
Ativo		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	12.204	30.228
Contribuição social sobre base negativa	5.237	11.688
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	46.887	68.363
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	16.879	24.610
Total	**81.207**	**134.889**
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	39.705	51.934
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	14.293	18.696
Total	**53.998**	**70.630**
Total líquido - ativo não circulante	**27.209**	**64.259**

As diferenças temporárias são como segue:

	2021 Base de cálculo	2021 IRPJ + CSLL	2020 Base de cálculo	2020 IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	48.815	12.204	120.911	30.228
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	58.184	5.237	129.866	11.688
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	23.119	7.860	25.387	8.632
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	5.431	1.847	22.133	7.525
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	37.624	12.792	50.570	17.194
Marcação a mercado – dívida	387	132	26.865	9.134
Ajuste a valor presente	1.146	390	119	40
Provisão ajuste atuarial	47.019	15.986	70.790	24.069
Marcação a mercado – derivativo	(158.817)	(53.998)	(207.734)	(70.630)
Parcela de VNR do ativo financeiro	59.582	20.258	63.153	21.472
Outras adições temporárias	13.240	4.501	14.431	4.907
Total - Ativo não Circulante	**135.730**	**27.209**	**316.491**	**64.259**

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realizações de créditos fiscais
2022	22.328
2023	6.016
2024	5.776
2025	6.336
2026	6.821
2027 e 2028	13.910
2029 a 2031	20.020
Total	**81.207**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**245.673**	187.388
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	**(83.529)**	**(63.712)**
Ajustes		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	(805)	(1.266)
Incentivos fiscais – Pesquisa e Desenvolvimento (Lei do Bem)	2.755	1.732
Outras exclusões permanentes [1]	1.529	166
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(80.050)**	**(63.080)**
Alíquota efetiva	**32,58%**	**33,66%**

(1) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.
Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário: A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos. Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acordão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021. A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir do passivo, que em 31 de dezembro de 2021 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela companhia e a Aneel. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$12.512 (R$2.807 em 2020).
Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação	2021	2020
Ativo financeiro custo corrigido – 2020 e 2019	**101.425**	**62.080**
Adições no exercício [1]	22.257	36.561
Baixas no exercício	(166)	(23)
Receitas de ativo financeiro indenizável da concessão [2]	12.512	2.807
Ativo financeiro custo corrigido - não circulante – 2021 e 2020	**136.028**	**101.425**

(1) Adições no exercício: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.
(2) Receita Operacional: ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a Valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

ENERGISA SUL - SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20

GRUPO energisa

15. ATIVO CONTRATUAL – INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	57.020	134.464	(103.370)	(23.353)	64.761
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	39.904	22.101	(15.660)	(1.096)	45.249
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**17.116**	**112.363**	**(87.710)**	**(22.257)**	**19.512**

	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	96.836	187.326	(190.381)	(36.761)	57.020
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	42.216	13.117	(15.229)	(200)	39.904
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**54.620**	**174.209**	**(175.152)**	**(36.561)**	**17.116**

(1) O montante de R$87.710 (R$175.152 em 2020) foi transferido para o Intangível – contrato de concessão.
(2) As baixas no montante de R$22.257 (R$36.561 em 2020) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

16. IMOBILIZADO

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	-	-	7.355	-	7.355
Máquinas e Equipamentos	15,49%	18.494	-	2.202	-	20.696
Veículos	14,29%	-	-	250	-	250
Móveis e utensílios	6,25%	7.431	-	23	-	7.454
Total do imobilizado em serviço		**25.925**	**-**	**9.830**	**-**	**35.755**
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		-	-	(84)	(92)	(176)
Máquinas e Equipamentos		(13.483)	-	(1)	(1.620)	(15.104)
Veículos		-	-	(2)	(12)	(14)
Móveis e utensílios		(6.111)	-	-	(108)	(6.219)
Total Depreciação acumulada		**(19.594)**	**-**	**(87)**	**(1.832)**	**(21.513)**
Subtotal Imobilizado		6.331	-	9.743	(1.832)	14.242
Imobilizado em curso		9.016	5.251	(10.137)	-	4.130
Total do Imobilizado		**15.347**	**5.251**	**(394)**	**(1.832)**	**18.372**

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,57%	16.614	-	1.880	-	18.494
Móveis e utensílios	6,25%	7.376	-	55	-	7.431
Total do imobilizado em serviço		**23.990**	**-**	**1.935**	**-**	**25.925**
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(11.797)	-	-	(1.686)	(13.483)
Móveis e utensílios		(6.007)	-	-	(104)	(6.111)
Total Depreciação acumulada		**(17.804)**	**-**	**-**	**(1.790)**	**(19.594)**
Subtotal Imobilizado		**6.186**	**-**	**1.935**	**(1.790)**	**6.331**
Imobilizado em curso		1.269	10.181	(2.434)	-	9.016
Total Ativo Imobilizado		**7.455**	**10.181**	**(499)**	**(1.790)**	**15.347**

(1) O montante R$394 (R$499 em 2020), refere-se às reclassificações para o Intangível – contrato de concessão.

17. INTANGÍVEL

	2021	2020
Intangível - contrato de concessão	853.198	832.052
Intangível – direito	1.644	3.100
Intangível – software	13.763	9.484
Total	**868.605**	**844.636**

17.1. Intangível – Contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo	4,42%	2.014.826	105.081	(16.508)	-	2.103.399
Amortização Acumulada		(940.987)	(1.317)	13.817	(80.856)	(1.009.343)
Subtotal		1.073.839	103.764	(2.691)	(80.856)	1.094.056
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	429.214	15.660	-	-	444.874
Amortização Acumulada		(187.427)	-	-	(16.589)	(204.016)
Subtotal		241.787	15.660	-	(16.589)	240.858
Total		**832.052**	**88.104**	**(2.691)**	**(64.267)**	**853.198**

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2020
Intangível Em Serviço						
Custo	4,53%	1.838.573	190.381	(14.128)	-	2.014.826
Amortização Acumulada		(880.321)	-	12.606	(73.272)	(940.987)
Subtotal		**958.252**	**190.381**	**(1.522)**	**(73.272)**	**1.073.839**
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,88%	413.985	15.229	-	-	429.214
Amortização Acumulada		(171.224)	-	-	(16.203)	(187.427)
Subtotal		**242.761**	**15.229**	**-**	**(16.203)**	**241.787**
Total Ativo Intangível – Contrato de concessão		**715.491**	**175.152**	**(1.522)**	**(57.069)**	**832.052**

(1) Do montante de R$88.104 (R$175.152 em 2020), R$87.710 (R$175.152 em 2020) foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão e R$394, referem-se às reclassificações para o imobilizado. (2) O montante de R$2.691 (R$1.522 em 2020) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$4.201 (R$3.745 em 2020).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,42% (4,53% em 2020). O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2021	2020
Contribuição do consumidor (1)	244.630	221.956
Participação da União, Estados e Municípios (2)	199.500	199.500
Reserva para reversão	5.956	6.529
Receitas de Ultrapassagem de Demanda (3)	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(204.016)	(187.427)
Total	**287.403**	**281.891**
Alocação:		
Contas a receber do ativo financeiro indenizável da concessão	1.296	200
Infraestrutura - Intangível em serviço	240.858	241.787
Infraestrutura - Ativo contratual - infraestrutura em construção	45.249	39.904
Total	**287.403**	**281.891**

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. (3) **Receitas de Ultrapassagem de Demanda:** a Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA) – devoluções tarifárias conforme determina a Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016.

17.2. Intangível – Direito de uso: Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Direito de uso - Imóveis							
Custo	19,45%	5.685	1.081	54	(1.503)	-	5.317
Amortização Acumulada		(2.585)	-	(54)	-	(1.034)	(3.673)
Total direito de uso		3.100	1.081	-	(1.503)	(1.034)	1.644

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Direito de Uso – Imóveis						
Custo	25,13%	3.646	2.047	(8)	-	5.685
Amortização Acumulada		(1.156)	-	-	(1.429)	(2.585)
Total direito de uso		**2.490**	**2.047**	**(8)**	**(1.429)**	**3.100**

17.3. Intangível – Software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software						
Custo	20,00%	28.307	-	4.652	-	32.959
Amortização Acumulada		(22.403)	-	-	(2.304)	(24.707)
Em curso		3.580	6.583	(4.652)	-	5.511
Total		9.484	6.583	-	(2.304)	13.763

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2020
Intangível – software						
Custo	20,00%	27.742	-	565	-	28.307
Amortização Acumulada		(20.419)	-	-	(1.984)	(22.403)
Em curso		-	3.646	(66)	-	3.580
Total		**7.323**	**3.646**	**499**	**(1.984)**	**9.484**

18. FORNECEDORES

	2021	2020
CCEE (1)	23.619	63.608
Contratos bilaterais e CCEARs (leilão) (2)	164.135	149.789
Uso do sistema de transmissão/distribuição (2)	6.394	4.923
Encargos de serviços do sistema (3)	62.113	6.220
Conexão à rede (2)	2.634	3.280
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (2)	6.394	4.923
Materiais, serviços e outros (4)	26.389	29.512
Total	**291.678**	**262.255**
Circulante	285.007	256.282
Não Circulante	6.671	5.973

(1) **CCEE**- a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu média próxima ao piso, comparando novembro-dezembro/21 com novembro-dezembro/20. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. (2) **Contratos bilaterais -** corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de Itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC). (3) **Encargos do serviço do sistema** - a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. Apesar da melhora das condições hidrológicas com as chuvas do 4ºTRI de 2021, a situação ainda é de atenção com o nível dos reservatórios e o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito é fundamental para a garantia da segurança do atendimento ao SIN no ano do 2022. (4) **Materiais, serviços e outros:** refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos da dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	-	8.089	(678)	(320)	1.113	-	-	8.204
IPCA	-	128.732	-	(4.369)	14.273	-	-	138.636
CDI	40.672	110.000	(40.000)	(1.173)	3.636	-	-	113.135
Gastos com captação	-	-	-	-	116	(1.113)	-	(997)
Total do custo	**40.672**	**246.821**	**(40.678)**	**(5.862)**	**19.138**	**(1.113)**	**-**	**258.978**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	237.781	140.000	(137.355)	(4.178)	8.287	-	-	244.535
Euro	326.369	-	-	(3.107)	191	-	-	323.453
Gastos com captação	(157)	-	-	-	105	-	-	(52)
Marcação a mercado	4.042	-	-	-	-	-	(3.842)	200
Total ao valor justo	**568.035**	**140.000**	**(137.355)**	**(7.285)**	**8.583**	**-**	**(3.842)**	**568.136**
Total	**608.707**	**386.821**	**(178.033)**	**(13.147)**	**27.721**	**(1.113)**	**(3.842)**	**827.114**
Circulante	179.518							283.793
Não circulante	429.189							543.321

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensurada ao custo							
Moeda nacional							
CDI	-	40.000	-	(1.310)	1.982	-	40.672
Total do custo	**-**	**40.000**	**-**	**(1.310)**	**1.982**	**-**	**40.672**
Mensurada ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	370.281	-	(200.450)	(8.908)	76.858	-	237.781
Euro	110.774	122.972	-	(2.574)	95.197	-	326.369
Gastos com captação	(261)	-	-	-	104	-	(157)
Marcação a mercado	3.622	-	-	-	-	420	4.042
Total a valor justo	**484.416**	**122.972**	**(200.450)**	**(11.482)**	**172.159**	**420**	**568.035**
Total	**484.416**	**162.972**	**(200.450)**	**(12.792)**	**174.141**	**420**	**608.707**
Circulante	121.614						179.518
Não circulante	362.802						429.189

A composição de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total 2021	Total 2020	Encargos	Vencimento	Amortização do principal	TIR (Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
CCB ITAÚ 101120030007400	-	40.672	CDI + 4,00%	mar/21	Final	8,42%	A
ESS X BNDES - 20.2.0497-1 (3)	138.636	-	IPCA + 5,10%	dez/34	Mensal a partir de abr./22	15,16%	A + R
ESS X Energisa Prev. Migração 2020 (5)	7.731	-	INPC + 4,906%	abr/31	Mensal	15,07%	A
ESS X Energisa Prev. Déficit de 2017 (5)	73	-	INPC + 5,45%	nov/33	Mensal	15,61%	A
ESS X Energisa Prev. Déficit 2017 2018 2019 (5)	400	-	INPC + 4,75%	ago/29	Mensal	14,91%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE (3)	9.255	-	CDI + 1,50%	ago/22	Final	5,92%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE (3)	9.801	-	CDI + 1,50%	ago/23	Final	5,92%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE (3)	94.079	-	CDI + 1,50%	ago/24	Final	5,92%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(997)	-					
Total em Moeda Nacional	258.978	40.672					
Loan Citi - 4131 (1 e 3)	19.143	35.654	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,25%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1 e 3)	19.147	35.656	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,35%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	-	102.546	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	8,75%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	154.544	155.944	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	-0,02%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	68.646	63.925	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	9,59%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	168.909	170.425	0,7257% Pré a.a.	jan/23	Final	8,12%	A
Scotiabank Loan - 14122021 (1 e 3)	137.599	-	1,9805% Pré a.a.	dez/24	Final	9,37%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(52)	(157)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	200	4.042					
Total em Moeda Estrangeira	568.136	568.035					
Total	827.114	608.707					

(*) A = Aval Energisa S/A, R= Recebíveis. (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). (2) Em 31 de dezembro de 2021 estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 34- Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos). (3) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) Para os financiamentos do BNDES, Scotiabank e Nota Promissória 3ª Emissão, o limite é de 4,25x até o vencimento O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide Nota Explicativa nº 34 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas. (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do "hedge" cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 34 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. (5) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívida. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2021	2020
US$ x R$	7,39%	28,93%
CDI	4,42%	2,77%
IPCA	10,06%	4,52%
LIBOR	0,16%	0,28%
Euro x R$	-0,89%	40,78%
INPC	10,16%	5,45%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	189.513
2024	240.267
2025	11.837
2026	11.837
Após 2026	89.867
Total	**543.321**

20. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo – pós fixado						
CDI	130.876	(34.948)	(4.595)	5.991	-	97.324
IPCA	249.575	-	(12.834)	39.937	-	276.678
Gastos com captação	(4.665)	-	-	1.245	-	(3.420)
Marcação a mercado	22.823	-	-	-	(22.636)	187
Total do custo	**398.609**	**(34.948)**	**(17.429)**	**47.173**	**(22.636)**	**370.769**
Circulante	39.270					107.127
Não circulante	359.339					263.642

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo – pós fixado								
CDI	105.987	60.000	(34.948)	(4.847)	4.684	-	-	130.876
IPCA	179.852	60.000	-	(9.367)	19.090	-	-	249.575
Gastos com captação	(3.663)	-	-	-	1.134	(2.136)	-	(4.665)
Marcação a mercado	21.305	-	-	-	-	-	1.518	22.823
Total do custo	**303.481**	**120.000**	**(34.948)**	**(14.214)**	**24.908**	**(2.136)**	**1.518**	**398.609**
Passivo Circulante	38.993							39.270
Passivo Não circulante	264.488							359.339

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2021	Total 2020	Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	56.034	50.586	15/06/2017	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	15,66%	SG
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	50.307	45.414	15/06/2017	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	10.854	9.798	15/10/2017	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.023	1.827	15/10/2017	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.770	3.403	15/10/2017	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	35.551	70.195	15/10/2017	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 4ª Emissão Série Única	85.285	76.992	15/09/2018	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 5ª Emissão	61.773	60.681	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a.	fev / 25	Final	5,57%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.840	7.056	11/10/2020	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	14,29%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	60.565	54.499	11/10/2020	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	14,53%	SG
Custos de captação incorridos na contratação	(3.420)	(4.665)							
Marcação à Mercado de Dívida+	187	22.823							
Total	**370.769**	**398.609**							

(*)A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia.

Condições de *covenants:* As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de junho/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos: As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	27.139
2024	78.429
2025	87.441
Após 2026	70.633
Total	**263.642**

21. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções na informação a ser prestada. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras. Bem como, a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações das obrigações por arrendamento são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2020	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldos em 2021
Arrendamento operacional - Imóveis	4	8,89%	3.231	1.081	(1.030)	(63)	(1.503)	1.716
Total			**3.231**					**1.716**
Passivo Circulante			1.229					843
Passivo Não circulante			2.002					873

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldos em 2020
Arrendamento operacional - Imóveis	4	8,89%	2.570	2.047	(1.247)	(131)	(8)	3.231
Total			**2.570**					**3.231**
Passivo Circulante			1.372					1.229
Passivo Não circulante			1.198					2.002

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	357
2024	196
Após 2024	320
Total	**873**

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	123.914	103.190
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	9.071	323
Contribuição Social sobre o lucro líquido – CSSL	3.061	826
Contribuições ao PIS e a COFINS	15.514	10.584
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.881	1.506
PIS e COFINS sobre atualização efeitos da redução do ICMS	-	433
Outros	6.566	6.588
Parcelamento de impostos (2)	22.365	37.278
Total	**182.372**	**160.728**
Circulante	99.799	77.115
Não Circulante	82.573	83.613

(1) Inclui: (i) R$41.691 (R$37.043 em 2020) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; e (ii) R$34.481 (R$25.386 em 2020), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. O valor referente ao ICMS incidente sobre a TUSD são contabilizados, em contrapartida, a rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante. **(2)** Parcelamento de Impostos: A Companhia possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto à Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo

Descrição	ICMS
Principal	91.786
Multa	4.589
Juros	6.869
Total parcelado	**103.244**
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	SELIC
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do exercício está demonstrada abaixo

Descrição	2021	2020
Saldo iniciais em 2020 e 2019	**37.278**	**50.517**
Atualização/juros	3.542	5.216
Baixas/Pagamentos	(18.455)	(18.455)
Saldo finais em 2021 e 2020	**22.365**	**37.278**
Circulante	17.314	17.313
Não Circulante	5.051	19.965
Número de parcelas a vencer	17	29

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2021
2022	17.314
Após 2023	5.051
Total	**22.365**

23. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições. Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69. Em maio de 2020, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia Força e Luz do Oeste, incorporada pela Companhia em 2017. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento. A Companhia não obteve trânsito em julgado de algumas de suas ações, entretanto, diante da decisão do STF e o parecer da PGFN a Administração tem convicção de ser adequado o reconhecimento do crédito por ser mais do que provável a decisão favorável, o que levou a constituir ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R$392.033 (R$29.729 em 2020) e passivo de R$388.471 (R$29.265 em 2020) no consolidado, líquido dos tributos incidentes sobre as atualizações financeiras. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recuperados como créditos fiscais das contribuições, deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico brasileiro. O repasse aos consumidores será definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e dependerá do efetivo aproveitamento dos créditos tributários conforme normas da Receita Federal do Brasil.

O resumo dos impactos são como segue:

	2021 Ativo	2021 Passivo	2020 Ativo	2020 Passivo
Tributos a recuperar PIS e COFINS – Efeitos da redução do ICMS – circulante (1)	10.047	-	-	-
Tributos a recuperar PIS e COFINS – Efeitos da redução do ICMS – não circulante	381.986	-	29.729	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (2)	-	(417.651)	-	(29.265)
Transferência para Passivo financeiro setorial – Repasse aos consumidores (3)	-	29.180	-	-
Total do ativo e passivo não circulante	**392.033**	**(388.471)**	**29.729**	**(29.265)**

Demonstração do resultado do exercício	2021	2020
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – outros passivos	(306.796)	(20.427)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS – tributos a recuperar	306.796	20.427
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	85.943	9.302
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(86.171)	(9.302)
Resultado apurado	(228)	-

(¹) A Companhia iniciou a compensação dos créditos em maio/2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram compensados R$30.436 dos tributos a pagar. (²) Deduzidos de R$45.046 referente aos custos com advogados, consultorias e tributos. (³) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.893, Nota Técnica n° 150/2021-SGT/ANEEL de 05 de julho de 2021, homologou a revisão tarifária da Companhia, a vigorar a partir de 12 de julho de 2021, que incorporou em sua tarifa de energia elétrica R$29.180, referente aos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, tendo em vista o trânsito em julgado de sua ação judicial, resultando na redução de -1,56% a ser repassado aos consumidores a partir de 13 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 os valores foram reclassificados para a rubrica de passivo financeiro setorial em consonância ao OCPC08.

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS E REGULATÓRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória. **Perdas Prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2021	2020
Saldos iniciais–2020 e 2019	**9.796**	**9.923**	**763**	**4.905**	**25.387**	**21.254**
Constituições de provisões	4.823	5.206	-	-	10.029	13.266
Reversões de provisões	(5.967)	(1.302)	(729)	(547)	(8.545)	(4.695)
Pagamentos realizados	(1.854)	(3.895)	-	-	(5.749)	(6.075)
Atualização monetária	463	828	(9)	715	1.997	1.637
Saldos finais–2021 e 2020	**7.261**	**10.760**	**25**	**5.073**	**23.119**	**25.387**
Cauções e depósitos vinculados (*)					(2.456)	(3.319)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R$81.572 (R$67.144 em 2020). Deste total, R$51.384 (R$43.845 em 2020) corresponde aos depósitos referente ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontra-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais, e R$27.732 (R$19.980 em 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto. • **Trabalhistas:** As ações trabalhistas discutem principalmente de horas extras, adicional de periculosidade, verbas contratuais, ações relacionadas a ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando verbas rescisórias e vinculo empregatício. • **Cíveis:** Os processos cíveis discutem principalmente indenizações (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica por falta de pagamento, irregularidades no aparelho de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica. • **Regulatórias:** Processos de contingencias regulatórias junto à ANEEL, referente a susposto descumprimento de preceito regulatório. **Perdas Possíveis:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2021	2020
Saldos iniciais–2021 e 2020	**31.043**	**31.934**	**47.666**	**2.968**	**113.611**	**131.676**
Novos processos	3.908	4.988	14	-	8.910	38.083
Mudanças de prognósticos e valor perdido	1.930	646	4.486	-	7.062	(31.578)
Encerramento	(329)	(8.931)	-	-	(9.260)	(28.797)
Atualização monetária	3.704	3.139	1.573	294	8.710	4.227
Saldos finais–2021 e 2020	**40.256**	**31.776**	**53.739**	**3.262**	**129.033**	**113.611**

Seguem os comentários de nossos consultores juridicos referentes às ações consideradas com risco possivel: • **Trabalhistas:** Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, verbas rescisórias, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais. • **Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede e danos elétricos. • **Fiscais:** As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à Subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização, (iii) saldo negativo de IRPJ e (iv) CSLL. • **Regulatórias:** Processos de contingências regulatórias decorrente de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

25. ENCARGOS SETORIAIS

	2021	2020
Conta de desenvolvimento Energético – CDE (1)	3.252	-
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT	777	663
Ministério de Minas e Energia – MME	391	312
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	2.946	878
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17.418	18.680
Programa de Eficiência Energética – PEE	19.502	36.257
Total	**44.286**	**56.790**
Circulante	30.287	23.621
Não circulante	13.999	33.169

(1) Refere-se a quotas mensais da CDE CONTA COVID, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme DESPACHO Nº 939, DE 5 DE ABRIL DE 2021 da Aneel, para amortização da operação de créditos contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020. O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic. A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei n º 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante nas contas destacadas. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
Salários a pagar	669	708
Participações empregados	7.268	8.247
Outros Benefícios a empregados	1.133	1.011
Entidade seguradora	993	714
Retenção de caução contratual empreiteiras	4.448	2.824
Adiantamentos de consumidores	6.684	28.163
Bônus de redução voluntária de consumo (*)	32.072	-
Incorporação de redes	1.466	3.241
Taxas – Faturamento	1.563	1.561
Repasse – Doação	268	243
Outras contas a pagar	12.553	2.606
Total	**69.117**	**49.318**
Circulante	63.498	46.006
Não circulante	5.619	3.312

(*) Vide nota explicativa nº 9.4 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1. Capital social: O capital social, subscrito e integralizado é de R$534.717 (R$534.717 em 2020) está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2020) todas nominativas sem valor nominal. **27.2. Reserva de capital:** Refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R$1.020 (R$662 em 2020) (vide nota explicativa nº12).

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

ENERGISA SUL - SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20

GRUPO energisa

27.3. Reserva de lucros – Reserva legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com a o artigo 193 da Lei 6.404/76. **27.4. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	165.623	124.308
Dividendos prescritos	-	21
Reserva legal (5%)	(8.281)	(6.215)
Lucro líquido ajustado	**157.342**	**118.114**
Dividendos obrigatórios (25%)	**39.336**	**29.528**
• Valores pagos em 26 de maio de 2021 – correspondem a R$482,627538306 por ação ordinária [1]	46.869	-
• Valores pagos em 26 de agosto de 2021 – correspondem a R$209,5756250515 por ação ordinária [1]	20.352	-
• Valores pagos em 21 de dezembro de 2021 – correspondem a R$436,07167940110 (25 de março de 2020 – correspondem a R$230,926647891) por ação ordinária [1]	42.348	22.425
• Dividendos a pagar – correspondem a R$73,14069991 por ação ordinária	-	7.103
• Dividendos adicionais propostos – correspondem a R$491,932720776 (R$912,202043208 em 2020) por ação ordinária [2]	47.773	88.586
Total dos dividendos	157.342	118.114
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(1) O Conselho de Administração aprovou em 13 de maio, 12 de agosto e 11 de novembro de 2021, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial levantado pela Companhia até 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, respectivamente. (2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

27.5. Outros resultados abrangentes: Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial – 2020 e 2019	**(43.050)**	**(44.220)**
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	37.697	1.774
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	(12.817)	(604)
Saldo final – 2021 e 2020	**(18.170)**	**(43.050)**

28. RECEITA OPERACIONAL

	2021 Nº de Consumidores (Fora do escopo dos auditores independentes)	2021 MWh (Fora do escopo dos auditores independentes)	2021 R$	2020 Nº de Consumidores (Fora do escopo dos auditores independentes)	2020 MWh (Fora do escopo dos auditores independentes)	2020 R$
Residencial	715.022	1.566.006	1.217.982	697.446	1.565.452	1.030.173
Industrial	3.949	263.673	200.557	3.968	310.075	194.974
Comercial	63.134	650.342	513.160	61.982	668.640	446.176
Rural	47.612	359.382	206.263	46.905	356.259	161.880
Poder público	7.003	98.506	75.061	6.874	97.195	62.385
Iluminação pública	705	192.740	92.416	664	184.989	67.775
Serviço público	1.245	154.503	105.198	1.237	166.266	91.319
Consumo próprio	188	3.961	-	180	3.703	-
Subtotal	**838.858**	**3.289.113**	**2.410.637**	**819.256**	**3.352.579**	**2.054.682**
Suprimento de energia a concessionárias	-	252.921	57.909	-	199.546	30.181
Fornecimento não faturado líquido	-	(11.800)	55.975	-	3.150	24.175
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	289	-	314.559	227	-	267.876
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	(32.072)	-	-	-
Bônus – Reembolso do Fundo CDE	-	-	32.072	-	-	-
Receita de construção de infraestrutura [1]	-	-	112.124	-	-	177.939
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – outros passivos	-	-	(306.796)	-	-	(20.427)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – tributos a recuperar	-	-	306.796	-	-	20.427
Penalidades regulatórias	-	-	(1.625)	-	-	(1.287)
Valor Justo Ativo Financeiro Indenizável de Concessão	-	-	12.512	-	-	2.807
Constituição e amortização – CVA ativa e passiva	-	-	195.980	-	-	70.499
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	122.433	-	-	120.387
Outras receitas operacionais	-	-	46.820	-	-	34.720
Total - receita operacional bruta	**839.147**	**3.530.234**	**3.327.324**	**819.483**	**3.555.275**	**2.781.979**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	562.978	-	-	481.573
PIS	-	-	46.733	-	-	42.592
COFINS	-	-	215.256	-	-	196.183
ISS	-	-	19	-	-	20
Deduções Bandeiras Tarifárias – CCRBT [2]	-	-	(11.088)	-	-	(7.212)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	8.275	-	-	6.468
Encargos de consumidor - Procel	-	-	2.069	-	-	1.617
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	254.345	-	-	225.954
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.137	-	-	3.234
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos – FNDCT	-	-	4.113	-	-	3.234
Ministério das Minas e Energisa – MME	-	-	2.076	-	-	1.617
Taxa de Fiscalização ação dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.892	-	-	1.962
Total - deduções receita operacional	**-**	**-**	**1.090.805**	**-**	**-**	**957.242**
Total - receita operacional líquida	**839.147**	**3.530.234**	**2.236.519**	**819.483**	**3.555.275**	**1.824.737**

(1) **Receita de construção de infraestrutura -** está representada pelo mesmo montante em custo de construção de infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. (2) **Bandeira tarifária -** a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram de R$227.373 (R$16.163 em 2020), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT o montante de R$11.088 (R$7.212 em 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 238.461 (R$23.375 em 2020).

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

OS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS ESPECIFICADOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, POSSUEM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO POR NATUREZA DE GASTOS:

Natureza dos gastos	Custo do serviço: Com energia elétrica	Custo do serviço: De operação	Custo do serviço: Prestado a terceiros	Despesas Operacionais: Gerais e administrativas	Total 2021	Total 2020
Energia elétrica comprada para revenda	1.249.425	-	-	-	1.249.425	901.094
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	297.313	-	-	-	297.313	268.961
Pessoal e administradores	-	80.036	23	16.591	96.650	88.844
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	-	498	498	442
Benefício pós-emprego	-	1.492	-	10.873	12.365	(8.992)
Material	-	10.165	258	6.477	16.900	14.691
Serviços de terceiros	-	34.370	-	62.273	96.643	88.067
Depreciação e amortização	-	59.761	-	5.475	65.236	58.527
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	(284)	-	-	(284)	7.813
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis. fiscais e regulatórios	-	-	-	(4.265)	(4.265)	2.496
Custo de construção	-	-	112.124	-	112.124	177.939
Outros	-	2.554	-	9.649	12.203	11.698
	1.546.738	**188.094**	**112.405**	**107.571**	**1.954.808**	**1.611.580**

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH [2] 2021	MWH [2] 2020	R$ 2021	R$ 2020
Energia de Itaipú – Binacional	757.234	772.059	333.025	287.374
Energia de Leilão	1.452.680	1.453.001	309.294	276.057
Energia Bilateral	585.474	586.260	161.159	131.380
Cotas de Angra Resolução Normativa nº530/2012	144.187	144.323	35.538	40.787
Energia de curto prazo - CCEE [1]	6.512	20.237	293.493	79.469
Cotas Garantia Física Resolução Homologatória nº 1410/2013	978.343	939.587	192.178	128.772
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	80.955	80.716	39.156	31.396
Energia de reserva - ERR	-	-	13.627	17.658
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(128.045)	(91.799)
Total	**4.005.385**	**3.996.184**	**1.249.425**	**901.094**

(1) Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e Encargos de Serviços do Sistema-ESS. (2) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

30. OUTROS RESULTADOS

	2021	2020
Outras receitas		
Ganho na desativação/alienação de bens/direitos	5.316	1.403
Resultado com cessão de créditos FIDC [a]	2.298	-
Outras	1.117	3.366
	8.731	**4.769**
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(2.258)	(4.019)
Outras	(4.628)	(2.736)
	(6.886)	**(6.755)**
Total	**1.845**	**(1.986)**

[a] Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento.

Em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem coobrigação e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S/A. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs. Os valores no montante de R$3.535 foram totalmente recebidos em 12 de janeiro de 2021. Os títulos estavam em sua maioria totalmente provisionados trazendo efeitos positivos na demonstração de resultado do exercício conforme segue:

Descrição das operações	**2021**
Valor justo dos títulos cedidos	3.535
Reversão da perda esperada com a provisão de devedores duvidosos	11.988
Custo dos títulos cedidos [1]	(13.225)
Efeitos apurados	**2.298**
Custo dos bens e/ou serviços vendidos – Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	**1.237**
	3.535

[1] Segue a composição dos títulos cedidos: (i) títulos e créditos a receber (Nota explicativa nº 7) - R$851: Prefeitura Municipal de Regente Feijó e Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau; (ii) outros créditos (nota explicativa nº 11) - R$11.988: cessão do recebível da ação judicial contra o Banco Daycoval (processo referente a valor transferido indevidamente pelo Banco para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira); e (iii) contas de energia elétrica no valor de R$386.

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	7.427	4.535
Juros ativos	2.129	2.127
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	29.173	23.305
Juros de energia vendida – CCEE	241	412
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	4.117	1.677
Juros Selic s/impostos a recuperar	4.144	3.571
Atualização depósito judicial	4.649	3.002
Recuperação de crédito CDE/CCEE	919	2.762
(-) Tributos sobre receitas financeiras – PIS/COFINS	(6.808)	(2.718)
Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota explicativa nº 23)	85.943	9.302
Outras	7.665	7.767
Total receitas financeiras	**139.599**	**55.742**
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas – juros	(36.678)	(27.865)
Encargos de dívidas, juros - Variação Cambial	(38.216)	(171.184)
Marcação a mercado da dívida	26.478	(1.938)
Juros e Multas	(11.617)	(17.483)
Ajuste a valor presente	(468)	487
Instrumentos financeiros derivativos	14.459	168.962
Despesas Bancárias/IOF	(4.663)	(2.646)
Atualização saldo à aplicar de P&D e PEE	(930)	(818)
Marcação a mercado derivativos	(31.505)	1.952
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(570)	(427)
Variação monetária de provisão para riscos	(1.997)	(1.637)
Transferência para ordens em curso	819	593
Variações Monetárias	(6.599)	(7.941)
AVP Celpa	-	(2.047)
Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota explicativa 23)	(86.171)	(9.302)
Despesa Financeira plano de saúde – Atuário	(3.818)	(4.236)
Outras	3.994	(3.995)
Total despesas financeiras	**(177.482)**	**(79.525)**
Despesas financeiras líquidas	**(37.883)**	**(23.783)**

32. LUCROS POR AÇÃO

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	165.623	124.308
Média ponderada de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico por ação ordinária (*) – R$	**1.707,45**	**1.281,53**

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor

33. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.
As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 2021	Prêmio Anual 2020
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	634	485
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	311	305
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2022	Até R$360 / veículo	43	47
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	56.073	172	153
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	29	32
Transporte Nacional	04/04/2022	Até R$2.000/ viagem	15	13
Responsabilidade do Explorador ou Transporte – R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	941/drone	3	3
			1.207	**1.038**

(*) Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e projeção de prêmio anualizado.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R$12.512 (R$2.807 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14.
Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2021 Contábil	2021 Valor justo	2020 Contábil	2020 Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		131.528	131.528	69.229	69.229
Consumidores e concessionárias		489.377	489.377	399.756	399.756
Títulos de crédito a receber		2.349	2.349	2.349	2.349
Ativos financeiros setoriais		236.648	236.648	82.907	82.907
		859.902	**859.902**	**554.241**	**554.241**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	99.474	99.474	246.670	246.670
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	136.028	136.028	101.425	101.425
Instrumentos financeiros derivativos	2	191.914	191.914	212.608	212.608
		427.416	**427.416**	**560.703**	**560.703**

PASSIVO	Nível	2021 Contábil	2021 Valor justo	2020 Contábil	2020 Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		291.678	291.678	262.255	262.255
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.197.883	1.201.028	1.007.316	1.006.393
Arrendamento operacional		1.716	1.716	3.231	3.231
Passivos financeiros setoriais		52.852	52.852	57.038	57.038
		1.544.129	**1.547.274**	**1.329.840**	**1.328.917**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	33.097	33.097	4.874	4.874
		33.097	**33.097**	**4.874**	**4.874**

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. ***"Hedge Accounting":*** A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de *"hedge"*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *"hedge accounting"*. Em 31 de dezembro de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *"hedge"*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *"hedge"* de valor justo. Em tais designações de *"hedge"* a Companhia documentou: (i) a relação de *"hedge"*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *"hedge"* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *"hedge"*. Os contratos de *"swap"* são designados e efetivos como *"hedge"* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *"hedge"* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *"hedge"* foi impactado em R$22.636 (R$1.518 em 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *"swap"* de taxa de juros era reconhecido no resultado. ***Fair Value Option:*** A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *"swap"* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*"Fair Value Option"*) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *"swaps"* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2021, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício findo, o valor contábil das dívidas designadas como *"Fair Value Option"* foi impactado em R$3.842 (R$420 em 2020) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *"swap"* de taxa de juros era reconhecido no resultado. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição, não tem impacto significativo. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de Risco de Capital:** O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2021	2020
Dívida (*)	1.197.883	1.007.316
Caixa e equivalentes de caixa	(131.528)	(69.229)
Dívida líquida	**1.066.355**	**938.087**
Patrimônio líquido	594.369	601.663
Índice de endividamento líquido	1,79	1,56

(*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e 20. **a) Risco de liquidez:** A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		285.007	-	-	-	6.671	291.678
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,95%	255.570	190.426	661.487	146.990	269.097	1.523.570
Instrumentos Financeiros Derivativos		(56.025)	(5.225)	(88.570)	(7.835)	(1.162)	(158.817)
Total		484.552	185.201	572.917	139.155	274.606	1.656.431

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	131.528	69.229
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	99.474	246.670
Consumidores e concessionárias	6	489.377	399.756
Títulos de crédito a receber	7	2.349	2.349
Ativos financeiros setoriais	10	236.648	82.907
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	136.028	101.425
Instrumentos financeiros derivativos	34	191.914	212.608

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19 é composta de financiamentos obtidos junto a agente de fomento nacional (BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com alta de 7,39% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R$5,5805/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2021 era de 10,79%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 14,12%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com baixa de 0,89% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a 6,3210 R$/Euro. A volatilidade do Euro era de 12,04% em 31 de dezembro de 2021. Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2021, excluídos os efeitos dos custos a apropriar, de R$1.202.352 (R$1.012.138 em 2020), R$568.188 (R$568.192 em 2020) estão representados em moedas estrangeiras. Os empréstimos em moeda estrangeira têm vencimento de longo prazo (último vencimento em janeiro de 2024) e custo máximo de 2,19% ao ano mais variação cambial. Em 31 de dezembro de 2021, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras se apresentam conforme segue.

	2021	2020
Ativo circulante	94.347	42.852
Ativo não circulante	97.567	169.756
Total do ativo	**191.914**	**212.608**
Passivo circulante	33.097	4.874
Total do passivo	**33.097**	**4.874**

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento.

As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.) Ponta Ativa	Custo Financeiro (% a.a.) Ponta Passiva	Vencimento	Designação
Resolução 4131 – Citibank	3.428	(LIBOR + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	3.428	(LIBOR + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EUR + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EUR + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao *"Notional"* de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.) Ponta Ativa	Custo Financeiro (% a.a.) Ponta Passiva	Vencimento	Designação
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x ESS	7.339	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como *"fair value hedge"*:

Fair Value Option	Valor de referência 2021	Valor de referência 2020	Descrição	Valor justo 2021	Valor justo 2020
Dívida designada para "Fair Value Option"	444.472	405.972	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(568.303)	(568.963)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	568.303	568.963
Swap Cambial			**Posição Passiva**		
(Derivativo)	444.472	405.972	Taxa de Juros CDI	(447.925)	(407.080)
			Posição Líquida Swap	120.378	161.883
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(447.925)**	**(407.080)**

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value hedge"	Valor de referência 2021	Valor de referência 2020	Descrição	Valor justo 2021	Valor justo 2020
Dívida (Objeto de "hedge") [1]	227.819	164.832	Taxa Pré-Fixada	(208.273)	(211.727)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	271.916	212.034
Swap de Juros			**Posição Passiva**		
(Instrumento de "hedge")	227.819	164.832	Taxa de Juros CDI	(233.477)	(166.183)
			Posição Líquida Swap	38.439	45.851
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(169.834)**	**(165.876)**

[1] Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido. O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas também foram obtidas na BM&F. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira – USD e LIBOR	(444.472)		(401.287)	(532.567)	(663.846)
Variação Dívida	-	Alta Câmbio	43.185	(88.095)	(219.374)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – USD e LIBOR	568.303		525.118	656.398	787.677
Variação – USD e LIBOR	-		(43.185)	88.095	219.374
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(447.925)		(447.925)	(447.925)	(447.925)
Subtotal	120.378		77.193	208.473	339.752
Total Líquido	**(324.094)**		**(324.094)**	**(324.094)**	**(324.094)**

[1] O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento delas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2021, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R$324.094 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R$324.094 em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local – Taxa de Juros	(227.819)		(227.819)	(227.819)	(227.819)
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa Pré	271.916		271.916	271.916	271.916
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – CDI	(233.477)		(233.477)	(240.982)	(248.423)
Variação	-		-	(7.505)	(14.946)
Subtotal	38.439		38.439	30.934	23.493
Total Líquido	**(189.380)**		**(189.380)**	**(196.885)**	**(204.326)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42% ao ano e TJLP = 5,32% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	211.417	Alta CDI	23.467	29.334	35.201
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(447.925)	Alta CDI	(49.720)	(62.150)	(74.580)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(210.459)	Alta CDI	(23.361)	(29.201)	(35.042)
	(415.501)	Alta IPCA	(41.799)	(52.249)	(62.699)
	(8.204)	Alta INPC	(834)	(1.043)	(1.251)
Subtotal (**)					
Total (Perdas)	(1.082.089)		(115.714)	(144.643)	(173.572)
	(870.672)		(92.247)	(115.309)	(138.371)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021, IPCA 10,06% ao ano, INPC 10,16% ao ano. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$120.263. **Gerenciamento de risco de liquidez:** O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

35. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

35.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, um plano de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. A administração dos 4 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são: **a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:** Instituído em 01 agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro 1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras. **b. Plano de Benefícios Elétricas-R:** Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios: • Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora. **c. Plano de Benefícios Elétricas-OP:** Instituído em 01 de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante. A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido. O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%). **d. Plano Energisa CD:** O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possuía 889 (756 em 2020) participantes, sendo ativos 765 (652 em 2019), 1 (1 em 2020) autopatrocinado, 8(6 em 2020) BPD,115 (97 em 2020) assistidos. A contribuição da patrocinadora para os planos Benefícios Elétricas-OP e Energisa CD durante o exercício de 2021 foi de R$2.255 (R$1.688 em 2020). Migração entre planos: Em 2021 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Elétricas BDI / Elétricas OP / Plano R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em três tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Plano	1° Tranche Ativo	1° Tranche Assistido	2° Tranche Ativo	2° Tranche Assistido	3° Tranche Ativo	3° Tranche Assistido	ACUMULADO Ativo	ACUMULADO Assistido
Elétricas BD	100%	15%	0%	3%	0%	3%	100%	22%
Elétricas OP	0%	62%	0%	3%	0%	0%	0%	65%
Elétricas OP + R	68%	0%	18%	0%	8%	0%	94%	0%
Plano R	0%	42%	0%	0%	0%	0%	0%	42%

35.1.1. Situação financeira dos planos de benefícios definidos – avaliação atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício pós emprego, apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2021 BD-I	2021 OP	2021 R	2020 BD-I	2020 OP	2020 R
Número participantes	-	-(*)	39	-	(*)	256
Número assistidos	135	20	2	155	22	2
Número beneficiários pensionistas	87	4	6	85	3	5
Total	**222**	**24**	**47**	**240**	**25**	**263**

(*) No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

ENERGISA SUL - SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20

GRUPO energisa

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2021			2020		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	BD-I
I - Premissas Biométricas						
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Fraca)	Não Aplicável	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	Não Aplicável	LIGHT (Fraca)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo Família Média	Não Aplicável	MI-85 por sexo Família Média	MI-85 por sexo Família Média	Não Aplicável	MI-85 por sexo Família Média
Composição Familiar (Ativos)	Padrão	Não Aplicável	Padrão	Padrão	Não Aplicável	Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	5,31%	5,31%	3,21%	3,21%	3,79%
Expectativa de Inflação Futura	4,50%	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,05%	10,05%	10,05%	6,31%	6,31%	6,90%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	7,51%	Não Aplicável	7,51%	5,97%	Não Aplicável	5,97%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos fundos de benefícios definido:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

	2021				2020			
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Ativo	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	44.303	28.675	3.148	76.126	**47.640**	**77.753**	**9.443**	**134.836**
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(2.126)	(5.734)	(289)	(8.149)	39.800	3.589	1.338	**44.727**
Retorno esperado dos ativos do plano	2.689	1.754	214	4.657	2.969	4.890	637	**8.496**
Contribuições do empregador	62	-	66	128	131	-	384	**515**
Contribuições dos participantes do plano	220	-	-	220	288	-	30	**318**
Benefícios pagos	(3.568)	(1.674)	(238)	(5.480)	(11.594)	(5.142)	(2.034)	**(18.770)**
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(4.679)	(131)	(149)	(4.959)	(34.931)	(52.415)	(6.650)	**(93.996)**
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	**36.901**	**22.890**	**2.752**	**62.543**	**44.303**	**28.675**	**3.148**	**76.126**

	2021				2020			
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Obrigação	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	58.381	28.355	4.106	90.842	**62.222**	**74.718**	**13.428**	**150.368**
Custo do serviço corrente	-	-	35	35	74	-	245	**319**
Custo dos juros	3.563	1.733	275	5.571	3.909	4.695	896	**9.500**
Contribuições de participantes	220	-	-	220	288	-	30	**318**
(Ganhos)/Perdas atuariais	(13.099)	(4.945)	(635)	(18.679)	49.218	5.915	861	**55.994**
Benefícios pagos	(3.568)	(1.674)	(238)	(5.480)	(11.594)	(5.142)	(2.034)	**(18.770)**
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(4.156)	633	270	(3.253)	(45.736)	(51.831)	(9.320)	**(106.887)**
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	**41.341**	**24.102**	**3.813**	**69.256**	**58.381**	**28.355**	**4.106**	**90.842**

	2021				2020			
Posição Liquida dos planos	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos	36.901	22.890	2.752	62.543	44.303	28.675	3.148	76.126
Valor presente das obrigações	(41.341)	(24.102)	(3.813)	(69.256)	(58.381)	(28.355)	(4.106)	(90.842)
Posição Liquida	**(4.440)**	**(1.212)**	**(1.061)**	**(6.713)**	**(14.078)**	**320**	**(958)**	**(14.716)**
Limite do Ativo	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(320)**	**-**	**(320)**
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	**(4.440)**	**(1.212)**	**(1.061)**	**(6.713)**	**(14.078)**	**-**	**(958)**	**(15.036)**

Valor líquido reconhecido no balanço:

Movimentação dos Saldos	**2021**	**2020**
Posição líquida em 2020 e 2019	**15.036**	**18.567**
Efeito em ORA	(10.851)	8.941
Juros sobre teto do ativo	(20)	-
Contribuição do empregador	(128)	(515)
Impacto decorrente de redução do plano (encurtamento/curtailment)	8.772	(12.975)
Transferência da dívida do plano	(7.067)	(500)
Efeito no resultado do exercício	971	1.518
Posição líquida em 2021 e 2020	**6.713**	**15.036**
Circulante	682	971
Não Circulante	6.031	14.065

Demonstração das despesas para o exercício de 2022 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	2022
Custo do Serviço Corrente	7
Custo dos juros	6.696
Retorno dos Ativos do Plano	(6.021)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	**682**

Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Planos

	2021			2020		
Elétricas	BD-I	R	OP	BD-I	R	OP
Títulos Públicos	67,14%	73,09%	59,64%	61,56%	55,96%	72,63%
Créditos Privado e Depósitos	5,65%	4,43%	6,13%	9,14%	15,31%	6,00%
Fundos de investimentos	23,46%	21,13%	23,97%	23,79%	17,39%	20,27%
Investimento imobiliário	3,47%	0,00%	6,70%	5,09%	4,55%	0,00%
Empréstimos financiamentos	0,21%	1,30%	3,41%	0,35%	6,74%	1,07%
Outros	0,07%	0,05%	0,15%	0,07%	0,05%	0,03%
Total dos Investimentos	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

d. Análise de sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2021			2020		
	BD-I	R	OP	BD-I	R	OP
Valor Presente das Obrigações Atuariais Real	41.341	3.813	24.102	58.381	28.355	4.106
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Redução de 0,25%	41.759	3.894	24.511	58.999	28.663	4.179
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Aumento de 0,25%	40.929	3.750	23.704	57.773	27.853	4.034

35.2. Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento: Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o púbico de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. O saldo atuarial do plano de benefício de saúde pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2021 é de R$32.747 (R$55.254 em 2020), tendo sido apurado no exercício uma redução no montante de R$22.507 (R$5.187 em 2020) dos quais R$514 (R$1.292 em 2020) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego - custos e despesa de pessoal, R$3.818 (R$4.521 em 2020) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R$26.839 (R$10.715 em 2020) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R$8.058 (R$9.212 em 2020). Inclui R$514 (R$1.292 em 2020).
Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2021	**2020**
Valor presente das obrigações no início do ano	55.254	60.441
Custo do serviço corrente bruto	514	1.292
Juros sobre obrigação atuarial	3.818	4.236
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(26.839)	(10.715)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**32.747**	**55.254**
Circulante	3.359	4.333
Não Circulante	29.388	50.921

Demonstração das despesas para o exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2022
Custo do serviço corrente (com juros)	68
Juros sobre as obrigações atuariais	3.291
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**3.359**

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2021		2020	
	SULAMERICA	CNU (*)	SULAMERICA	CNU
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	5,31%	3,80%	3,80%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,05%	10,05%	6,91%	6,91%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	7,12%	7,12%
Taxa de Rotatividade	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	Nulo	3,00%	Nulo
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(*) Em 2021, a modalidade de pagamento foi alterada de pré para pós pagamento.

36. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia (*)				
Vigência	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Após 2025**
2022 a 2054	875.075	855.598	847.699	815.473	9.300.919

(*) **Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.**

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 31 de dezembro de 2021 e foram homologados pela ANEEL.

37. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: 1. Cruzetas: a Companhia vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas (ecológicas), feitas de polietileno e fibra natural, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2021, foram utilizadas 8.498 (9.386 em 2020) cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 6.890 peças no montante de R$991 (R$1.075 em 2020) e em expansão de rede o valor de R$223 (R$292 em 2020) para 1.608 peças. 2. Redes isoladas/protegidas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Nas redes de média tensão próximas a arborização são usados cabos protegidos (rede compacta). Em 2021, foram acrescidos 122,98 km de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta, correspondendo a 15,52% de redes protegidas e isoladas. Até o mês de dezembro de 2021 o total investido em redes isoladas/compactas foi de R$4.284 (R$3.274 em 2020). 3. A Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010. Dentre estas ações, destacam-se o recolhimento, descarte e destinação correta dos papeis e papelões, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), toners e lâmpadas. Em 2021 os papéis e papelões foram destinados à reciclagem, com peso aproximado de 5.620 kg (5.157 kg em 2020). Quanto aos resíduos perigosos e EPI's o descarte foi realizado por empresa especializada e devidamente licenciada. Em 2021 foram coletados 0,1470 ton – 5.880 unidades de baterias e pilhas (0,0131 ton – 523 unidades em 2020) e 207 lâmpadas (638 em 2020). O custo para o descarte foi em torno de R$39 (R$24 em 2020). 4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao poder público municipal para obtenção das autorizações de poda de árvores em áreas urbanas. Durante o ano de 2021, foram realizados treinamentos de poda com as equipes próprias e terceirizadas que executam esta atividade. Tanto os treinamentos quanto as reciclagens são realizados anualmente, com todos os colaboradores que executam atividades que implicam em intervenção na vegetação. 5. A Companhia mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático responsável pela informação quanto às descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia. Durante o ano de 2020 os custos com este projeto foram irrelevantes, por estarem ainda embutidos no projeto de P&D que desenvolveu este programa. Em 2021 o custo para manutenção do projeto foi de R$37. 6. Para compensação ambiental das intervenções em vegetação nativa isolada, previamente autorizadas, relacionadas à construção de novos empreendimentos de distribuição, conforme previsto em lei, foram implantados projetos para plantios de mudas de árvores nativas em áreas dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Durante o ano de 2021 foi dada continuidade ao monitoramento de 25.675 (25.675 em 2020) mudas de espécies nativas, em uma área de 15,40 ha, além da doação de 517 (250 em 2020) mudas para compensar o corte de 98 árvores localizadas em área urbana. Foi investido um valor total de R$90 (R$133 em 2020) em Projetos de Compensação Ambiental, Ecológica, Financeira e doação de mudas. 7. Para manter suas redes e linhas de distribuição afastadas da vegetação e com segurança para a fauna, a Companhia mantem um amplo programa de poda e limpeza de faixas. Os serviços em áreas urbanas são realizados pelas equipes próprias, dentre as diversas atividades de manutenção que estas equipes realizam. Neste caso são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos resíduos da poda, possibilitando a utilização dos resíduos em Projetos Sociais e Acadêmicos. Para a realização desta manutenção na área rural, são contratadas empresas especializadas. Em 2021 a Companhia desembolsou aproximadamente R$7.741 (R$7.779 em 2020) para a realização destes serviços essenciais para a operação confiável e segura do sistema elétrico de distribuição, sempre com respeito ao meio ambiente e com compromisso com a sustentabilidade. 8. A Companhia mantém um amplo programa de acompanhamento e descontaminação de suas instalações incluindo PCBS (bifenilas policloradas) eventualmente existentes em transformadores bem como quando da ocorrência de eventuais vazamentos de óleo mineral isolante ao solo. Em 2020 os serviços foram suspensos, sendo retomados em 2021 com valor desembolsado de R$453 (R$1.166 em 2019). 9. Em 2019 a Companhia iniciou a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), integrando a Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho e o Meio Ambiente, conforme diretrizes das normas ISO 9001, 45001 e 14001, respectivamente. Em dezembro de 2019 foi realizada a auditoria interna. Em fevereiro de 2020, a Companhia passou por auditoria externa conduzida pela Fundação Vanzolini, com o objetivo de pleitear a certificação das Normas ISO 14001 e 45001. O escopo da certificação definido de forma estratégica pela alta direção foi: "Manutenção de Redes e Linhas na Distribuição de Energia Elétrica". A Companhia foi certificada no ano de 2020 e em março de 2021 está prevista a primeira auditoria externa de manutenção, para avaliação da continuidade e eficácia do Sistema de Gestão Ambiental e Saúde e Segurança do Trabalho, onde ambos são integrados ao Sistema de Gestão da Qualidade, compondo o SGI da Energisa Sul-Sudeste. O valor investido em 2021 foi de R$68 (R$29 em 2020). 10. Na contratação de serviços e fornecedores são avaliados aspectos relacionados à conduta ambiental e social. São contratados somente serviços e empresas que atuem em conformidade com o Código de Conduta das empresas do Grupo Energisa. Os parceiros e clientes são informados sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente visando sempre preservar a vida. Todos os terceirizados passam por reuniões de "Integração" com a área de meio ambiente e o SESMT da Energisa Sul-Sudeste. Em 2021 foram integrados 293 colaboradores terceirizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes investidos nos projetos acima descritos e práticas totalizaram R$12.935 (R$12.607 em 2020), sendo R$23 (R$8.684 em 2020) alocados no ativo intangível e R$12.912 (R$3.923 em 2020) em despesas operacionais. (*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

38. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2021	**2020**
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	22.257	36.561
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	12.512	2.807
Atividades Operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	7.486	12.445
Adição/baixas - arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	(422)	2.039
Tributos a recuperar - PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	362.304	29.729
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	7.486	12.445
Líquido - Intangível - CPC 06 (R2)	(422)	2.039
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos – repactuação déficit atuarial	473	-

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de debêntures: Em 15 de janeiro de 2022 a companhia efetuou a 7ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R$81.000 com vencimento em 15 de janeiro de 2032 e remuneração de IPCA mais 6,0996% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 11 de fevereiro de 2022, os recursos serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Emissora. **Pagamento de dividendos do exercício 2021:** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R$47.773, equivalentes a R$ 491,932720776 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 25 de março de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

Diretoria Executiva

Gabriel Alves Pereira Junior - Diretor Presidente
Maurício Perez Botelho - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Rodrigo Brandão Fraiha - Diretor Técnico e Comercial
Fernando Cezar Maia - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem designação específica

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho - Presidente
Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente
Marcelo Silveira da Rocha - Conselheiro

Contador

Vicente Côrtes de Carvalho - CRC-MG 042523/O-7 "S' SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores da **Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.** - Presidente Prudente - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica:** As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, mas que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia. Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 28, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica:** Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R$19.512 mil, R$136.028 mil, R$853.198 mil. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato, à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) a verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) a análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) a comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 14,15 e 17.1 das demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas 14, 15 e 17.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões para riscos fiscais:** Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R$129.033 mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R$ 53.739 mil se referem a ações de natureza tributária. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas, quando aplicável, para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Diretoria e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Diretoria. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor desta provisão adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9